República Federativa do Brasil
Território Federal de Roraima
Câmara Municipal de Boa Vista

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 03 DE ABRIL DE 1984.

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

A Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Território Federal de Roraima, faz saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte resolução legislativa:

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º - A Câmara Municipal de Boa Vista, é o Poder Legislativo, exercendo funções legislativas específicas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de leis, decretos legislativos, resoluções e proporsições em geral sobre quaisquer matéria de competência do Município.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no acompanhamento das atividades financeiras do Município desenvolvidas pelo Executivo ou pela própria Câmara e no julgamento das contas do Prefeito, integradas estas daquelas da própria Câmara, mediante o auxílio da Secretaria de Finanças do Governo do Território Federal de Roraima.

Art. 4º As funções de controle da Câmara implicam a vigilância da Administração do Executivo em geral, sob os prismas da constitucionalidade da legalidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas seneadoras que se fizeram necessárias.

Art. 5º A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação e administrativa de seus serviços auxiliares.

Capítulo II
DA SEDE DA CÂMARA

Art. 6º A Câmara Municipal tem sua sede no prédio de nº 167 da Av.Jaime Brasil, no Distrito, sede do Município.

Art. 7º No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda política-partidária, ideológicas, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão,Bandeira da Nação, do Território ou do Município, na forma da legislação aplicável, e bem assim de obra artística que vise preservar a memória de vulto eminente da história do país, do Território, ou do Município.

Art. 8º Por deliberação do Plenário ou da Presidência e quando o interesse público o exigir (art. 40, XIII) poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

Capítulo III
DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Art. 9º A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial, às 19:30 horas do dia 1º de fevereiro como de início da legislatura, quando será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes e, caso essa condição seja comum a mais de 1 (um) Vereador, presidi-la-á o mais votado dentre eles.

Parágrafo único. A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se à sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores, e se essa situação persistir até o último dia do prazo a que se refere o art. 11, a partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art. 10º Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 9º, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário ad hoc indicado por aquela após haverem todos manifestado, unissonamente, compromisso, que será lido pelo mais jovem dentre eles, o qual consistirá no seguinte texto:

"Prometo exercer, com dognidade e dedicação, o mandato popular que me foi confiado, observando a Constituição e as leis do país e trabalhando pelo engrandecimento do Município de Boa Vista e para o bem estar de seus habitantes."

§ 1º Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração escritas de bens, que se transcreverá na ata da sessão de instalação ou daquela em que se empossar o Vereador retardatário (art. 11).

§ 2º Cumprido o disposto no § 1º, o Presidente provisório facultará a palavra, por 5 (cinco) minutos, a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada.

§ 3º Seguir-se-á às orações a eleição da Mesa nos termos do artigo 14.

Art. 11º O Vereador que não se empossar no prazo ~~previsto~~, 15 (quinze) dias após a sessão de instalação, não mais poderá fazê-lo aplicando-se-lhe o disposto no art. 82.

§ 1º O Vereador que se empossar na forma deste artigo prestará compromisso individualmente, utilizado o texto do art. 10.

§ 2º O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação de desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere este artigo, se outro não for indicado pela Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios Federais (Lei nº 6.448/77).

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
DA MESA DA CÂMARA

Seção I
Da Formação da Mesa e suas Modificações

Art. 12. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único. Haverá um 2º Secretário, que somente será considerado integrante da Mesa quando em efetivo exercício.

Art. 13. Findo os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á renovação desta para o ano subseguente.

Art. 14. Salvo disposição em contrário da Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, a eleição dos membros da Mesa far-se-á, presente a maioria absoluta dos Vereadores, na sessão da instalação da legislatura, por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e utilizando-se para a votação cédulas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão recolhidas em uma urna, que circulará pelo Plenário através de funcionários da Casa expressamente designado.

Parágrafo Único. A votação far-se-á pela chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores pelo Presidente em exercício, o qual determinará a contagem dos votos através de comissão determinada para este fim. Em seguida, o Presidente proclamará os eleitos e dará posse, nos termos do artigo 25.

Art. 15. A eleição para a renovação da Mesa (art. 13) realizar-se-á na última sessão ordinária do período legislativo, aplicando-se o disposto no art 14 e seu parágrafo único.

Art. 16. Para as eleições a que se refere o art. 14, observar-se-á, quanto à inelegibilidade, o que dispuser a legislação, podendo concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da legislatura precedente; para as eleições a que se refere o art. 15, é proibida a reeleição para um mesmo cargo na Mesa.

Art. 17. O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para cargo da Mesa, quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Art. 18. Na hipótese da instalação presumida da Câmara a que se refere o parágrafo único do art. 9º, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidencia da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto no art. 85 e seus devidos parágrafos e marcar eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art. 19. Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, proceder-se-á a segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, após o qual, se ainda não tiver havido definição, o concorrente mais votado nas eleições municipais será proclamado vencedor.

Art. 20. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 21. Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Parágrafo Único. Se a vaga for do cargo de 1º Secretário assumi-lo-á o 2º Secretário (parágrafo único do art. 12º)

Art. 22. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa, quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II - licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III - houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 23. A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificativa escrita apresentada ao Plenário.

Art. 24. A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador (art. 220 e parágrafos)

Art. 25. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte áquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos arts. 14 a 17.

Seção II

Da Competência da Mesa

Art. 26. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 27. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I - propor os projetos de lei que criem, modifiquem ou extingam os cargos dos serviços auxiliares do legislativo e fixem os correspondentes vencimentos iniciais;

II - propor as resoluções que fixem ou atualizem os subsídios dos Vereadores e a verba de representação do Presidente da Câmara;

III - propor as resoluções concessivas de licenças e afastamentos ao Prefeito e aos Vereadores;

IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V - representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União e do Território;

VI - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao duodécimo de sua dotação orçamentária repassadas pelo Executivo, até o dia 25 (vinte cinco) de cada mês;

VII - proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura de Saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

VIII - enviar ao Executivo, na época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para a sua incorporação às contas do Município;

IX - proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

X - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

XI - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XII - assinar, por todos os seus Membros as resoluções e de decretos legislativos;

XIII - autografar os projetos de lei aprovados, para a sua remessa ao Executivo;

XIV - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;

XV - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior (art. 120)

Art. 28. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º Secretário, assim como este pelo 2º Secretário.

Art. 29. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se-á ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o 1º Secretário e, se também não houver comparecido, falará o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário ad hoc.

Art. 30. A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

Seção III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa.

Art. 31. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 32. Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

II - representar a Câmara em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e territoriais e perante as entidades em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados;

VII - requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes;

IX - declarar extintos os mandatos de Vereador e de suplente, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso (art. 85);

XI - declarar destituído membro de Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento (arts. 24 e 53);

XII - designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes (art. 49, § 1º e 54);

XIII - convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no art. 30 deste Regimento Interno.

XIV - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral; em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) comunicar as sessões extraordinárias da Câmara, aos Vereadores quando convocadas pelo Prefeito, ou maioria absoluta dos Vereadores.

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;

d) determinar a leitura, pelo Vereador-Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e término respectivos;

f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em execessos;

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador (art. 223 e § único);

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação de quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

l) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator ad hoc nos casos previstos neste Regimento;

XV - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolizar;

b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados inclusive por decurso de prazo, e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convida-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares, para explicações, quando haja convocação da edilidade em forma regular;

d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo.

e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

XVI - promulgar as resoluções, os decretos legislativos, e bem assim as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo legal, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVII - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento juntamento com o Secretário da Mesa.

XVIII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XIX - apresentar ao Plenário, mensalmente, o balancete de verificação da Câmara do mês anterior;

XX - administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, consessão de férias e licença; atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas; determinando a apuração de responsabilidades administrativas, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara; e praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão.

XXI - mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações.

XXII - exercer atos de poder de fiscalização em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma.

XXIII - autorizar a utilização do Plenário da Câmara.

Art. 33. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito em casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 34. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 35. O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição, de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros previstos em lei.

Parágrafo único. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 36. O Vice-Presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 37 e seu parágrafo único e na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa, nos casos de competência privativa desse órgão, não possui atribuições próprias, limitando-se a substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 37. O Vice-Presidente promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único.-O disposto neste artigo aplica-se às leis muncipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado precluir a oportunidade de sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 38. Compete ao Secretário da Mesa:

I - organizar a Expediente e a Ordem do Dia;

II - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determindadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - ler a ata, as proposições e demais documentos e correspondências que devam ser do conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - redigir as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI - gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofício em geral e comunicados individuais aos Vereadores;

VII - coadjuvar o Presidente na direção dos serviços auxiliares da Câmara;

VIII - certificar a frequência dos Vereadores, para o efeito de percepção da parte variável da remuneração;

IX - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

X - manter, à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais freqüente;

XI - manter em cofre fechado as atas lecradas de sessões secretas;

XII - inspecionar os serviços da secretaria administrativa da Câmara;

XIII - assinar juntamente com o Presidente os cheques nominativos ou ordens de pagamentos.

Capítulo II

DO PLENÁRIO

Art. 39. O Plenário é o órgão deliberado da Câmara, constituindo-se do con-

junto dos Vereadores em exercício em local, forma e número legal para deliberrar.

§ 1º O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios, ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

Art. 40. São atribuições do Plenário:

I - elaborar, com a participação do Prefeito, as leis municipais;

II - discutir e votar a proposta orcamentária;

III - apreciar os votos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV - autorizar, sob a forma de lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos;

a) abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) operações de crédito;

c) aquisição onerosa de bens imóveis;

d) alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) concessão de serviço público;

f) concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

g) firmatura de consórcios intermunicipais;

h) alteração da denominação de próprios e logradouros públicos;

V - expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) cassção do mandato do Prefeito e Vereador;

b) aprovação ou rejeição das contas do Executivo;

c) concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;

d) consentimento para ausentar-se o Prefeito do Município por prazo superior a 30 (trinta) dias, por necessidade da Administração;

e) atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente,

tenham prestado relevantes serviços à comunidade;

f) constituição de Comissão Processante;

g) constituição de Comissão Parlamentar de Inquerito;

h) delegação ao Prefeito para elaboração legislativa;

i) concessão de medalha de honra ao merito a pessoa de notavel merecimento.

VI - expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes assuntos:

a) alteração do Regimento Interno;

b) destituição de membro da Mesa;

c) concessão de licença a Vereador, nos casos [illegible] permitidos em lei;

d) fixação ou atualização de subsídios dos Vereadores e de verba de representação do Presidente da Câmara;

e) julgamento de recursos de sua competência, nos casos privativos neste Regimento;

f) constituição de Comissão Especial de estudo;

VII - processar e julgar o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de Administração quando delas careça;

IX - convocar o Prefeito e seus auxiliares diretos para explicações perante o Plenário sobre matérias à fiscalização da Câmara, sempre que o exigir o interesse público (arts. 212 e 218);

X - Eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros nos casos e na forma previstos neste Regimento;

XI - autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;

XII - dispor sobre a realização de ssessões sigilosas, nos casos concretos (art. 140).

Capítulo III

DAS COMISSÕES

Seção I

Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades

Art. 41. As Comissões são órgãos técnicos compostos de 5 (cinco) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial, ou ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 42. As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais e de Representação.

Art. 43. As Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e assuntos ao seu exame, manifestando sobre eles seu Parecer para orientação do Plenário.

Parágrafo Único. As Comissões Permanentes são as seguintes:

I - de legislação, justiça e redação final;

II - de finanças e orçamento;

III - ~~de obras e serviços públicos;~~

IV - de educação, saúde e assistência social;

V - Pecuária e Agricultura.

Art. 44. As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assunto I de especial interesse do Legislativo terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art. 45. A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidade administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara, podendo, porém, ser criadas novas comissões de Inquérito quando pelo menos duas se acharem em funcionamento.

Parágrafo ÚNico. As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição de Comissão de Inquérito.

Art. 46. A Câmara constituirá Comissão Processante para fim de apurar a prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando o disposto na lei federal aplicável e na Lei de Organização Municipal.

Art. 47. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do Território do Município.

Seção II
Da Formação das Comissões e suas Modificações

Art. 48. Os membros das comissões Permantes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 1(um) ano, mediante escrutíno público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou finalmente, o Vereador mais votada nas eleições municipais.

§ 1º Faz-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas, assinadas pelo Presidente da mesma.

§ 2º Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 30, parágrafo único, a, da Constituição Federal, mas não poderão ser eleitos para integra-lás o Presidente da Câmara e o Secretário, o Vereador que não se achar em exercício e o suplente deste.

§ 3º O Vice-Presidente e o Suplente de Secretário somente poderão participar de Comissão Permanente quando não seja de outra forma possivel compô-la adequadamente.

Art. 49. As Comissões Especiais serão constituidas, por propostas da Mesa ou pelo menos 3 (três) Vereadores, através de resolução que atenderá ao disposto no art. 44.

§ 1º O Presidente da Câmara indicará os membros das Comissões Especiais, observada a composição partidária sempre que possível.

§ 2º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração indicado na resolução que a constituiu, haja ou não concluido os seus trabalhos.

§ 3º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através de seu Presidente, sob a forma de parecer fundamentado e, se houver que propor medidas, oferecerá projeto de resolução.

Art. 50. Às Comissões de Inquérito aplica-se o disposto no artigo anterior.

§ 1º A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente da entidade de administração indireta.

§ 2º Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo aprovado pelo menos por 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

§ 3º Deliberará ainda o Plenário sobre a convivência do envio de cópias de peças do inquérito à Justiça, com vista à aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 51. O membro de Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único - Para o efeito do disposto nesnte artigo, observar-se-á a condição prevista no art. 23.

Art. 52. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 1º § 1º A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

§ 2º Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 53. O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro de Comissão Especial ou de Comissão de Representação.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo mão se aplica aos membros da Comissão Processante e de Comissão de Inquérito.

Art. 54. As

Art. 54. As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão surgidas por livre designação de qualquer Vereador pelo Presidente da Câmara, observando o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 48.

Seção III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 55. As Comissões Permanentes, logo que constituidas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretário, e para deliberar qual o critério a ser adotado quanto os seus recursos.

Parágrafo Único. O Presidente será substituido pelo Secretário e este pelo terceiro membro da Comissão.

Art. 56. As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, quando então, a sessão plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 57. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes a maioria de seus membros, devendo, para tanto, ser convocados pelo respectivo Presidente no curso de reunião ordinária da Comissão.

Art. 58. Das reuniões de Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, em livros prórprio, pelo funcionário incumbido de serví-la, as quais serão assinadas por todos os membros da comissão.

Art. 59. Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso afixado no recinto da Câmara;

II - presidir às reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator, ou reservar-se para relatá-la pessoalmente;

IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder visto de matéria, por 3 (três) dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência;

VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo.

Parágrafo Único. Dos atos dos Presidentes das Comissões com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art. 60. Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á relator em 48 (quarenta e oito) horas, se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

Art. 61. É de 15 (quinze) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando da proposta orçamentária, do processo de prestação de contas do Executivo e é triplicado quando se trata r de projeto de codificação.

§ 2º O prazo a que se refere este artigo é reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência ou de emenda e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 62. Poderão as Comissões solicitar ao Plenário a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogada por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art. 63. As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual se aprovado prevalecerá como parecer.

§ 1º. Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator como vencido.

§ 2º. O membro da Comissão que concordar com o relator, exará ao pé do pronunciamento daquele a expressão "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§ 3º A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcil, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro de Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrições."

§ 4º O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição, ou emendas à mesma.

§ 5º O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requirimento.

Art. 64. Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto (art. 75), produzirá, com o parecer, projeto e decreto legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 65. Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo único. No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 66. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, à Mesa ouvido o Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sida previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo único. Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos a que se referem os artigos 61 e 62.

Art. 67. Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão, sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art. 59, VII, o Presidente da Câmara designará relator ad hoc para produzi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Escoado o prazo do relator ad hoc sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma Ordem do Dia da proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 68. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição em regime de urgência especial, na forma do art. 133, ou em regime de urgência, na forma do art. 134 e seu parágrafo único.

§ 1º A dispensa do parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do art. 66 e seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 76 e 77, na hipótese do § 3º, do art. 124.

§ 2º Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferí-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar se a votação de matéria.

Seção IV

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 69. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovado pelo Plenário, analisá-los sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de lei, decreto legislativo e resolução que transitarem pela Câmara.

§ 2º Concluindo a Comissão de Justiça pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquele sua tramitação.

§ 3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição - assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade - nos casos seguintes:

a) organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

b) criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;*

c) aquisição e alienação de bens imóveis;

d) firmatura de convênios e consórcios;

e) concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;

f) alteração de denominação de próprios municipais e logradouros.

Art. 70. Compete à Comissão de Orçamento e Finanças opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

I - proposta orçamentária;

II - orçamento plurianual;

III - proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos , empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao erário municipal ou interes sem ao crédito e ao patrimônio público municipal;

IV - proposições que fixem ou aumentem os vencimentos do funcionalismo e que fixem ou atualizem os subsídios dos Vereadores e a verba de representação do Presidente da Câmara.

Art. 71. Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo único. A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará, também, sobre a matéria do art. 69, § 3º, c e sobre o plano de Desenvolvimento do Municipio e suas alterações.

Art. 72. Compete à COmissão de Educação e Saúde manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais e artísticos - inclusive patrimônio histórico - desportivos e relacionados com saúde, o saneamento e a assistência e previdência social em geral.

Parágrafo único. A Comissão de Educação e Saúde e Assistência Social apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivos:

a) concessão de bolsas de estudo;

b) reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde;

c) implantação de centros comunitários, sob auspício oficial.

Art. 73. Compete à Comissão de Agricultura e Pecuária, manifestar-se sobre todas as matérias que versem sobre assuntos relacionados a agricultura e pecuária. ~~Parágrafo Único~~ –

Art. 74. As Comissões Permanentes, a que tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir único no caso de proposição colocada no regime de urgência especial de tramitação (art. 132) e sempre quando o decidem os respectivos membros, por maioria, nas hipóteses dos arts. 66 e do art. 69, § 3º, a.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o, quando necessário, o Presidente de outra Comissão por ele indicado.

Art. 75. Sempre que determinada proposição haja sido distribuída a todas as Comissões Permanentes da Câmara, por ser obrigatória a sua manifestação quanto ao mérito, e tiver parecer contrário de cada uma delas, haver-se-á por rejeitada.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à proposta orçamentária, ao veto e ao exame das contas do Executivo.

Art. 76. Quando se tratar de veto somente se pronunciará a Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no parágrafo único do art. 74.

Art. 77. Somente à Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídas a proposta orçamentária e o processo referentes às contas do Executivo, acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Parágrafo único. No caso deste artigo, aplicar-se-á, se a Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no § 1º do art. 68.

TÍTULO III
DOS VEREADORES

Capítulo I
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art. 78. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleito pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 79. É assegurado ao Vereador:

I - participar de todas as dicussões e votar nas deliberações do Plenário, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposições e sugerir medidas que visem ao interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas, que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às normas deste Regimento.

Art. 80. São deveres do Vereador, entre outros:

I - investido no mandato, não incorrer em imcompatibilidade prevista na Legislação em vigor;

II - observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - desempanhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público;

IV - exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nos arts. 23 e 51;

V - comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações salvo quando se encontre impedido;

VI - manter o decoro parlamentar;

VII - não residir fora do Município, salvo autorização do Plenário em caráter excepcional;

VIII - conhecer e observar o Regimento Interno;

Art. 81. Sempre que Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV - suspensão da sessão, para entendimentos na Sala da Presidência;

V - proposta de cassação de mandato de acordo com a legislação vigente.

Capítulo II
DA INTERRUPÇÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS

Art. 82. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidencia e sujeito à deliberação do Plenário nos seguintes casos:

I - por moléstia devidamente comprovada por atestado médico oficial ou de médico de reputação ilibada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou do interesse público fora do território do município;

III - para tratar de interesse particulares, por prazo nunca superior a 1 (um) ano, salvo disposição em contrário;

IV - para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§ 1º A aprovação dos pedidos de licença se dará no Expediente das sessões, sem discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitado pelo quorum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes, nas hipóteses dos incisos II e III.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e IV a decisão do Plenário será meramente homologatória.

Art. 83. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou cassação do mandato do Vereador.

§ 1º A extinção se verifica pela morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º A cassação dar-se-á por deliberação do Plenário, nos casos e na forma previstos na legislação vigente.

Art. 84. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará constar da ata; a perda do mandato se torna efetiva a partir do decreto legislativo de cassação do mandato, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art. 85. A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art. 86. Em qualquer caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º O suplente deverá tomar posse dentro do prazo previsto , a partir do conhecimento da convocação.

§ 2º Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral, para o efeito de eleições suplementares.

Capítulo III

DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 87. São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressar em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 88. No início de cada ano legislativo, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e Vice-Líderes.

Parágrafo único. Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereadores mais votadas de cada bancada.

Art. 89. As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 90. As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, exceto o suplente do Secretário.

Capítulo IV
DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Art. 91.As incompatibilidades de Vereadores são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei de Organização Municipal.

Art. 92. São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

Capítulo V
DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Art. 93. A remuneração dos Vereadores será fixada a atualizada na forma e nas épocas previstas na Constituição Federal e na Lei Federal complementar, obedecidos os limites alí indicados.

Parágrafo único. No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art. 94. Resolução especial fixará a verba de representação do Presidente da Câmara e disporá sobre a forma de sua atualização monetária anual.

Parágrafo único. É vedado a qualquer outro Vereador *perceber verba de representação.

Art. 95. Ao Vereador residente em distrito longínquo do Município, que tenha especial dificuldade de acesso à sede da edilidade para o comparecimento às sessões ordinárias, nesta sendo obrigado a pernoitar, será concedida ajuda de custo, que será fixada em resolução especial ou através de resolução a que se refere o art. 93.

Art. 96. Ao Vereador em viajem a serviço da Câmara para fora do Municipio é assegurado o ressarciamento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação.

TÍTULO IV
DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

Capítulo I
DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art. 97. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 98. São modalidades de proposição:

a) os projetos de lei;

b) os projetos de decreto legislativo;

c) os projetos de resolução;

d) os projetos substitutivos;

e) as emendas e subemendas;

f) os vetos;

g) os pareceres das Comissões Permanentes;

h) os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

i) as indicações;

j) os requerimentos;

l) os recursos;

m) as representações.

Art. 99. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial, e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 100. Exceção feita das emendas, subemendas e vetos, as proposições deverão conter emenda indicativa do assunto a que se referem.

Art. 101. As proposições consistentes em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificativa por escrito.

Art. 102. Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

Capítulo II
DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 103. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, assim os arrolados no art. 40, V.

§ 2º Destinam-se as resoluções a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, os arrolados no art. 40, VI.

Art. 104. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões Permanentes e ao Prefeito, ressalvados os casos de iniciativa do Executivo e do Legislativo, conforme determinação constitucional, ou deste Regimento Interno.

Art. 105. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único. Não é **permitido** substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 106. Emenda é a correção ou complementação apresentada a uma proposição.

§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º Emenda Supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º Emenda Substitutiva é a proposição apresentada como sucedâneo de outra.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada a outra.

§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art. 107. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara, por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 108. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§ 1º O parecer será individual e verbal somente na hipótese do § 2º do art. 68.

§ 2º O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos arts. 64, 131 e 206.

Art. 109. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único. Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 110. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art. 111. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do Expediente ou da Ordem do Dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§ 1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou a desistência dela;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII - retificação de ata;

IX - verificação de quorum;

X - voto de pesar.

§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação (art. 138 e parágrafos).

II - dispensa de leitura da matéria constante de Ordem do Dia;

III - destaque de matéria para votação (art. 189);

IV - votação a descoberto;

V - encerramento de discussão (art. 174);

VI - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I - renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;

II - licença de Vereador;

III - audiência de Comissão Permanente;

IV - juntada ou desentranhamento de documentos em processo;

V - incerção em ata de documentos;

VI - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

VII - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VIII - retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;

IX - anexação de proposição com objeto idêntico;

X - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;

XI - constituição de Comissões Especiais;

XII - convocação do Prefeito ou auxiliar direto para prestar esclarecimentos em Plenário;

XIII - voto de louvor, congratulações ou repúdio.

Art. 112. Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previsto neste Regimento Interno.

Art. 113. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador do Presidente da Câmara, visando à destituição de Comissão Permanente, ou ao Plenário, visando à destituição de membro da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

Capítulo III

DA REPRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art. 114. Exceto nos casos das alíneas e, f, g e h do art. 98 e nos de projetos substitutivos oriundos das Comissões todas as demais serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data, e as numerará, fichando-as em seguida e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 115. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres bem como os relatórios com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 116. As emendas e subemendas serão apresentadas às Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates; ou se se tratar de projeto em regime de urgência especial; ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º As emendas à proposta orçamentária serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no Expediente.

§ 2º As emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de* 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 117. As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documento hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecida em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 118. O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

I - em matéria que não seja de competência do Município;

II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III - que visedelegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV - que sendo de iniciativa exclusiva do Prefeito tenha sido apresentada por Vereador;

V - que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão legislativa, salvo se se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;

VII - que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos arts. 99, 100 e 101;

VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX - quando a indicação versar matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

Parágrafo único. Exceto nas hipóteses dos incisos V e VIII, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (des) dias, o qual será distribuído à Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Art. 119. O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, cômpetindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme o caso.

Parágrafo único. Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 120. As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário, ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 121. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, exceto os originários do Executivo sujeitos à deliberação em certo prazo.

Parágrafo único. O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retramitação.

Art. 122. Os requerimentos a que se refere o § 1º da art. 111 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

Capítulo IV
DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 123. Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitaçãono prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 124. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§ 1º No caso do art. 116, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previsto.

§ 2º No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo a sua própria autora.

§ 3º Os projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário , sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 125. As emendas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 116 serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária. As demais somente serão objetos de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 126. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será enviada incontinenti à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá proceder na forma do art. 75.

Art. 127. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 128. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia, independentemente de sua prévia figuração no Expediente.

Art. 128. Os requerimentos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 110 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua decisão no Expediente ou na Ordem do Dia.

§ 1º Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3º do art. 110, com exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer, ficarão remetidos ao Expediente à Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 2º Se tiver havido solicitação de urgência simples para o requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na sessão em que apresentada e, se for aprovada, o requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida.

Art. 130. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 131. Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de Projeto de Resolução.

Art. 132. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§ 1º O regime de urgência especial implica a dispensa de exigências regimentais, exceto quorum e pareceres obrigatórios, e assegura à proposição inclusão, com prioridade, na Ordem do Dia.

§ 2º O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em segunda prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 133. A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito, da Mesa ou de Comissão, quando autores de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros da edilidade.

§ 1º O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria sessão.

§ 3º Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 134. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo único. Serão incluídos no regime de urgêncua simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos de lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - o veto, quando escoada 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação.

Art. 135. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 136. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retramitação, ouvida a Mesa.

TÍTULO V
DAS SESSÕES DA CÂMARA

Capítulo I
DAS SESSÕES EM GERAL

Art. 137. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso às mesmas do público em geral.

§ 1º Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-á a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II -não porte arma;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário.

V - atenda às determinações do Presidente.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 138. Os períodos legislativos ordinários anuais, serão de 6 (seis) semanas, com início no dia 1º (primeiro) de março à 11 (onze) de abril, 10 (dez) de maio à 20 (vinte) de junho; 1º (primeiro) de agosto à 12 (doze) de setembro e de 8 (oito) de outubro à 18 (dezoito) de novembro.

Art. 139. As sessões ordinárias serão segunda e quarta (semanalmente) realizando-se nos dias úteis, com a duração de 4 (quatro) horas, das 19:30 horas até às 23:30 horas, com um intervalo de 15 (quinze) minutos entre o término do Expediente e o início da Ordem do Dia.

§ 1º A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser dterminada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento, e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 5 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, prejudicando os demais.

Art. 140. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados.

1º Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, entre as quais se incluem a proposta orçamentária. o veto e quaisquer projetos de lei do Executivo formulados com solicitação de pra zo.

§ 2º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 139 e parágrafos, no que couber.

Art. 141. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo único. As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local se guro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 142. A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pe la maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia inter na, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo único. Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retira da do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 143. As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se existentes as que se realizem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Parágrafo Único. Não se considerará como falta a ausência de Vereador à sessão que se realize fora da sede da edilidade.

Art. 144. A Câmara observará o recesso legislativo determinado no art.138, deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

Art. 145. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes que se realizarão com quâlquer número de Vereadores presentes.

Art. 146. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º A Convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, territoriais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo legislativo.

Art. 147. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º A ata da sessão secreta será lavrada pelo Secretário, e lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 148. As sessões ordinárias compõem-se de duas partes: o Expediente e a Ordem do Dia.

Art. 149. à Hora do ínicio dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo único. Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará 15 (quinze) minutos que aquele complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou ad hoc, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

Art. 150. Havendo número legal, a sessão se iniciará com o Expediente, o qual terá a duração máxima de uma hora e meia, destinado-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º Nas sessões em que esteja incluído na Ordem do Dia o debate da proposta orçamentária, o Expediente será de meia hora.

§ 2º No Expediente serão objeto de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da Ordem do Dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

§ 3º Quando não houver número legal para deliberação no Expediente, as matérias a que se refere o § 2º automaticamente ficarão transferidas para o Ex-

pediente da sessão seguinte.

Art. 151. A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão seguinte; ao iniciar se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§ 2º Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a retificação; caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§ 3º Levantada impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada a nova ata.

§ 4º Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 5º Não poderá impugnar a ata, Vereador ausente à sessão a que a mesma se refere.

Art. 152. Após a aprovação da ata, O Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo à seguinte ordem:

I - expedientes ouriundos do Prefeito;

II - expedientes ouriundos de diversos;

III - expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 153. Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á à seguinte ordem:

I - projetos de lei;

II - projetos de decretos legislativos;

III - projetos de resolução;

IV - requerimentos;

V - indicações;

VI - pareceres das comissões;

VII - recursos;

VIII - outras matérias.

Parágrafo único. Dos documentos apresentados no Expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos à Mesa Diretora, exceção feita do projeto de lei orçamentária e do projeto de codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art. 154 - Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do Expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas, respectivamente, ao Pequeno e ao Grande Expediente.

§ 1º - O Pequeno Expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

§ 2º - Quando o tempo restante do Pequeno Expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao Grande Expediente.

§ 3º - No Grande Expediente, os Vereadores, inscritos também em lista própria pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§ 4º - O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no Pequeno Expediente; poderá sê-lo no Grande Expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na sessão seguinte, para complementar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-se-lhe desistir.

§ 5º - Quando o orador inscrito para falar no Grande Expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

§ 6º - O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 155 - Finda a hora do Expediente, por se ter esgotado o tempo, ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante da Ordem do Dia.

§ 1º Para a Ordem do Dia, far-se-á verificação de presença e a sessão só mente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze)minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 156 - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluida na Ordem do Dia regularmente publicada com antecedencia mínima de 24 (vinte quatro) horas do início das sessões.

Parágrafo único. Nas sessões em que deva ser apreciada a proposta orçamentária, nenhuma outra matéria figurará na Ordem do Dia.

Art. 157. A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

a) matéria em regime de urgência especial;

b) matérias em regime de urgência simples;

c) vetos;

d) matérias em redação final;

e) matérias em discussão única;

f) matérias em segunda discussão;

g) matérias em primeira discussão;

h) recursos;

i) demais proposições.

Parágrafo único. As matérias, pela ordem de preferências, figurarão na pauta abservada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art. 158. O Secretário procederá à leitura do que houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Verea - dor, com aprovação do Plenário.

Art. 159. Esgotada a Ordem do Dia, anunciará o Presidente, sempre que

possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concederá a palavra para Explicações Pessoais aos que a tenham solicitado, durante a sessão, ao Secretário, observados a precedência da inscrição e o prazo regimental.

Art. 160. Não havendo mais oradores para falar em Explicação Pessoal, ou se ainda os houver, achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a sessão.

Capítulo III

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 161. As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei poderão mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 5 (cinco) dias e afixação de edital no átrio do edificio da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

Parágrafo único. Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausente à mesma.

Art. 162: A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 149 e seus parágrafos.

Parágrafo único. Aplicar-se- ão, no mais, às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

Capítulo IV

DAS SESSÕES SOLENES

Art. 163. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, através de aviso por escrito, que indicará a finalidade da reunião.

§ 1º Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§ 2º Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

§ 3º Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado,

2 Vias

o Vereador que for indicado pelo Plenário como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

TÍTULO VI
DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES
Capítulo I
DAS DISCUSSÕES

Art. 164. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º Não estão sujeitos à discussão:

I - as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 128;

II- os requerimentos a que se refere o art. 111, § 2º;

III os requerimentos a que se referem o art. 111, § 3º, itens I a V.

§ 2º o Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se nesta última hipótese, o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II- da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III- de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo.

Art. 165 A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

Art. 166 - Terão uma única discussão as proposições seguintes:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - as que se encontrem em regime de urgência simples;

III - os projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV - o veto;

V - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI - os requerimentos sujeitos a debates.

Art. 167 - Terão 2 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no art. 166.

Parágrafo único - Os projetos de lei que disponha sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48 (quaretnta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Art. 168 - Na primeira discussão debater-se-á, separadamente, artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em global.

§ 1º - Pro deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do Projeto.

§ 2º - Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, sálvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Quando se tratar da proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art. 169 - Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 170 - Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeita-los ou aprová-los com dispensa de parecer.

Art. 171 - Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão:

Art. 172 - Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá a esta.

Art. 178 - O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles.

Art. 174 - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2 (dois) Vereadores favoráveis à proposição e 2(dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento, sálvo desistência expressa.

Capítulo II

DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 175 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I - falará de pé, exceto se se tratar do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, sálvo quando responder a aparte;

III - não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência, ou nobre colega.

Art. 176 - O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegada para a solicitar;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender às advertências do presidente.

Art. 177 - O Vereador somente usará a palavra:

I - no Expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito.

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III - para apartear, na forma regimental;

IV - para explicação pessoal;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimentos à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art.178- O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos senguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender a pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art. 179 - Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I - ao autor da proporção em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 180 - Para o aparte, ou interrupção do orador para outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em dabete, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III - não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala "pela ordem " em Explicações Pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV - o aparteante permanecerá de pé quando aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 181 - Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 3 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, (apartear) e justificar requerimento de urgência especial;

II - 5 (cinco) minutos para falar no Pequeno Expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir Explicação Pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;

IV - 15 (quinze) minutos para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação do Prefeito ou Vereador - salvo o acusado cujo prazo será o indicado na lei federal - e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de projeto;

V - 20 (vinte)minutos para falar no Grande Expediente e para discutir projeto de lei, a proposta orçamentária, a prestação de contas e a destituição de membros da Mesa.

Parágrafo único - Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

Capítulo III
DAS DELIBERAÇÕES

Art. 182 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços) , conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo único - Para efeito de quorum computar-se-á a presença de Vereadores impedido de votar.

Art. 183 - A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo único - Considerar-se-á qualquer matéria em faze de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 184 - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Paraágrafo único - Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art. 185 - Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consite na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 186 - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonadas por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§ 2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício , repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 187 - A votação será nominal nos seguintes casos:

I - eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;

II - eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;

III - julgamento das contas do Executivo;

IV - cassação de mandato do Prefeito ou Vereador;

V - apreciação de veto;

VI - requerimento de urgência especial;

VII - criação ou extinção de cargos da Câmara.

Parágrafo úncio - Na hipótese dos ítens I, II e IV o processo de votação será o indicado no art. 14 e seu parágrafo único.

Art. 188 - Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo úncio - Não ser permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 189 - Antes de inciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo único - Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Executivo, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 190 - Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo único - Não haverá destaque quando se tratar da proposta orça - mentária, de veto, de julgamento das contas do Executivo e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 191 - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo único - Apresentadas 2 (duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 192 - Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consi deração do projeto.

Art. 193 - O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 194 - Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da vota ção, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 195 - Proclamado o resultado de votação, poderá o Vereador impugná - la perante o Plenário, quando dela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repe - tir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 196 - Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas apro vadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comis - são de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção ver nácula.

Parágrafo único - Caberá à Mesa a redação final dos projetos de decreto legislativo e de resolução.

Art. 197 - A redação final será discutida e votada depois de sua publicação salvo se a dispensar o Plenário a requerimento de Vereador.

§ 1º - Admitir-se-á emenda à redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou impropriedade linguística.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a matéria à Comissão, para nova redação final.

§ 3º - Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado à Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovado se contra ela não votarem 2/3 (dois terços) dos componentes da edilidade.

Art. 198 - Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo único - Os originais dos projetos de lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

TÍTULO VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Capítulo I

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I

Do Orçamento

Art. 199 - Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento nos 10 (dez) dias seguintes, para parecer.

Parágrafo único - No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do Art. 116.

Art. 200 - A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findos os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como ítem único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 201 - Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental (art. 174, V), sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e dos autores das emendas no uso da palavra.

Art. 202 - Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-la ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único - Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 203 - Aplicam-se às normas desta Seção à proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos.

Seção II

Das Codificações

Art. 204 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 205 - Os projetos de codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Nos 40 (quarenta) dias subsquentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da Comissão de Justiça, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender à despesa específica e nesta hipótese ficará suspensa a tramitação de matéria.

§ 3º - A Comissão terá 60 (sessenta) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º - Exarado o parecer ou, na falta deste, observado o disposto nos arts. 67 e 68, no que couber, processo se incluirá na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

Art. 206 - Na primeira discussão observar-se-á o dispositivo no § 2º do art. 168.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 20 (vinte) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir-se este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Seção I

Do Julgamento das Contas

Art. 207 - Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão competente, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre ítens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer deligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 208 - O projeto de decreto legislativo apresentado pelo Comissão de Finanças sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo único - Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art. 209 - Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do órgão auxiliar, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos da discordância.

Art. 210 - Nas sessões em que se devam discutir as contas do Executivo, o Expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

Seção II

Do Processo Cassatório

Art. 211 - A Câmara processará o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação federal, observadas as normas adjetivas, inclusive quorum, nessa mesma legislação estabelecidas, e as normas complementares constantes da Lei de Organização Política e Administrativa Municipal dos Territórios (Lei nº 6.448/77).

Parágrafo único - Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Art. 212 - O julgamento far-se-á em sessão ou sessões secretas para esse efeito convocadas.

Art. 213 - Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusa

acusado, expedir-se-á decreto legislativo de cassação do mandato, quando se tratar de Vereador, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral, e que tange ao Prefeito, caberá representação diretamente à Justiça para julgamento.

Seção III

Da Convocação do Chefe do Executivo

Art. 214 - A Câmara poderá convocar o Prefeito, para prestar informações, perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Parágrafo único - A convocação poderá ser feita, também, a auxiliares diretos do Prefeito ou incluir este e aqueles.

Art. 215 - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único - O requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 216 - Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, que solicitará ao Prefeito indicar dia e hora para o comparecimento, e dar-lhe-á ciência do motivo da convocação.

Parágrafo único - Caso não haja resposta, o Presidente da Câmara mediante entendimento com o Plenário, determinará o dia e a hora para a audiência do convocado, o que se fará em sessão extraordinária da qual serão notificados, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, o Prefeito, ou o seu auxiliar direto, e os Vereadores.

Art. 217 - Aberta a sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Prefeito, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas perante o Secretário, para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º - O Prefeito poderá incumbir assessores, que o acompanhe na ocasião, de responder as indagações.

§ 2º - O Prefeito, ou o assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição.

Art. 218 - Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a sessão, agradecendo ao Prefeito, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 219 - A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único - O Prefeito deverá responder às informações, observando o prazo indicado na Lei de Organização Municipal.

Art. 220 - Sempre que o Prefeito se recusar a comparecer à Câmara, quando devidamente convocado, ou a prestar-lhe informações, a Mesa deverá produzir denúncia para efeito da cassação do mandato do infrator.

Seção IV

Do Processo Destituitório

Art. 221 - Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três) sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompa-

acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Se não houver defesa, ou se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado;

§ 4º - Não pdoerá funcionar como relator membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se servirá de funcionário da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

TÍTULO VIII

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

Capítulo I

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 222 - As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 223 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão às mesmas incorporadas.

Art. 224 - Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e aplicação do Regimento.

Parágrafo único - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar , sob pena de as repelir sumariamente o Presidente.

Art. 225 - Cabe ao Presidente resolver as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para parecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejulgado.

Art. 226 - Os procedentes a que se referem os artigos 220, 222, 223 e parágrafo único, serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

Capítulo II

DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art. 227 - A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Território, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 228 - Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Justiça, elaborará e publicará separata a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados, e os precedentes regimentais firmados.

Art. 229 - Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituido pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II - da Mesa;

III - de uma das Comissões da Câmara.

TÍTULO IX

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 230 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secreta - ria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 231 - As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos funcionários sobre o de - sempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 232 - A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de di - reitos e esclarecimentos de situações, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 233 - A Secretaria manterá os livros, fichas e carimbos necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º - São obrigatórios os livros seguintes: livro de atas das sessões ; livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes; livro de registro de leis, decretos legislativos, resoluções, livro de atos da Mesa e atos da Presidência; livro de termos de posse de funcionários; livro de termos de contratos; livro de precedentes regimentais.

§ 2º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art. 234 - Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 235 - A publicação dos Expedientes da Câmara observará o disposto

em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 236 - Nos dias de sessão deverão estar hasteados, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Território e do Município, observada a legislação federal.

Art. 237 - Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 238 - Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevá veis, contando-se o dia de seu começo e do seu término e somente se suspenden do por motivo de recesso.

Art. 239 - À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quais quer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento Interno anterior.

Art. 240 - Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 241 - O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a pri - meira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Art. 242 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO "ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO", Boa Vista (RR), em 03 de abril de 1984.

Pinheiro
MARIA DE LOURDES PINHEIRO
PRESIDENTE

ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO
1º SECRETÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PROJETO DE *DE RESOLUÇÃO Nº 01, DE 16 DE MAIO DE 1983.*

EMENDA ( ) aditiva n.º
( ) supressiva n.º
( ) substitutiva n.º
( ) separativa n.º
( ) unitiva n.º
( ) destribuitiva n.º
(X) modificativa nº 01

O art. 12 do Projeto de Resolução nº 01/83, (Regimento Interno), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - A Mesa da Câmara compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, com mandatos de 2 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA: Entrada em vigor da Lei nº 7.160, de 07 de dezembro de 1983, a qaul da nova redação ao inciso I do art. 22 da lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, passando o mandato das câmaras municipais dos Territórios, para 2 (dois) anos.

PLENÁRIO "ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO", em 19 de dezembro de 1983.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO
PRESIDENTE

ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO
1º SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SESSÃO ORDINÁRIA DE 02 DE ABRIL DE 1984

ORDEM DO DIA: Em 1ª discussão e votação o proj. Resolução nº 01/83, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Vista.

PROJETO DE LEI [ ]

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO [ ]

PROJETO DE RESOLUÇÃO [X]

REQUERIMENTO [ ]

OUTROS: _____

V O T A Ç Ã O

	SIM	NÃO
01. AMAZONAS BRASIL - PMDB	—	—
02. BARAC DA SILVA BENTO - PDS	—	—
03. JOSÉ MARIA GOMES CARNEIRO - PDS	—	—
04. MARIA ALICE ANDRADE GOMES - PDS	—	—
05. MARIA DE LOURDES PINHEIRO - PDS	não vota	não vota
06. ODETE IRENE DE ALMEIDA - PMDB	—	—
07. OTONIEL FERREIRA DE SOUZA - PMDB	—	—
08. PAULO FRANCINETE DIAS DE SOUZA CRUZ - PDS..	—	—
09. PAULO MAGALHÃES DUARTE - PDS	—	—
10. REINALDO FERNANDES NEVES FILHO - PDS	—	—
11. ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO - PDS	—	—

PRESIDENTE.-

SECRETÁRIO.-

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SESSÃO ORDINÁRIA DE 03 DE ABRIL DE 198 4

ORDEM DO DIA: Em 2ª discussão, votação e aprovação o Proj. Resolução nº 01/84, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Vista.

PROJETO DE LEI [ ]

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO [ ]

PROJETO DE RESOLUÇÃO [X]

REQUERIMENTO [ ]

OUTROS: _____

_____

_____

V O T A Ç Ã O

	SIM	NÃO
01. AMAZONAS BRASIL - PMDB	___	___
02. BARAC DA SILVA BENTO - PDS	___	___
03. JOSÉ MARIA GOMES CARNEIRO - PDS	___	___
04. MARIA ALICE ANDRADE GOMES - PDS	___	___
05. MARIA DE LOURDES PINHEIRO - PDS	não vota	não vota
06. ODETE IRENE DE ALMEIDA - PMDB	___	___
07. OTONIEL FERREIRA DE SOUZA - PMDB	___	___
08. PAULO FRANCINETE DIAS DE SOUZA CRUZ - PDS..	___	___
09. PAULO MAGALHÃES DUARTE - PDS	___	___
10. REINALDO FERNANDES NEVES FILHO - PDS	___	___
11. ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO - PDS	___	___

PRESIDENTE.-

SECRETÁRIO.-

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

DIÁRIO OFICIAL

Decreto nº 108 (E), de 29 de dezembro de 1983
Administração do Governador ARÍDIO MARTINS DE MAGALHÃES

Nº 72 **BOA VISTA-RR, 5ª feira 12 de abril de 1984**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 03/84

A Diretora do Departamento de Pessoal do Governo do Território Federal de Roraima tendo em vista o Edital..... 01/84, publicado no D.O.U. de 18.01.84, torna público o resultado da I etapa do Concurso Publico para a categoria de Fiscal do Território conforme relação nominal abaixo dos candidatos aprovados.

Relação nominal dos candidatos aprovados por ordem de classificação:

Classif.	N O M E S	Inscrição	Méd. Final
1º)	José Valter Felipe Fonteles	50.04.00024	88,50
2º)	Francisco de Assis Espindola Lima.....	50.04.00022	80,50
3º)	João Jerônimo	30.04.00029	77,50
4º)	Carlos Alberto Bez	50.04.00032	77,50
5º)	Genival de Souza [illegible] Ribeiro	50.04.00026	77,50
6º)	Izaltina Nazaré [illegible] Ribeiro	50.04.00076	72,50
7º)	José Antônio Fonteles Cruz	50.04.00048	71,50
8º)	Rosicleide de Souza Gomes	50.04.00048	70,25
9º)	Ma. de Nazaré Zeidan Silva	50.04.00028	70,25
10º)	Joanilzan Jerzy de Souza Lopes	50.04.00063	67,00
11º)	Regina Edna Ramos de Oliveira	50.04.00060	66,25
12º)	Ricardo Jancoski	50.04.00118	65,50
13º)	Fernando Chagas Camarão Júnior	50.04.00047	64,75
14º)	Ednésio Luis Correa Soares	50.04.00038	64,00
15º)	Ismael da Silva Pereira	50.04.00088	62,50
16º)	Edson Carvalho de Moraes	50.04.00050	61,75
17º)	Eliana Matilde Trindade	50.04.00123	61,50
18º)	Francisco Alexandre Costa	50.04.00016	60,00
19º)	Maria Eneide Martins Araújo	50.04.00071	60,00

Boa Vista, 11 de abril de 1984.

VERA REGINA GUEDES DA SILVEIRA
Diretora do Departamento de Pessoal

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO DETRA Nº 010/84

FIRMA EMPREITEIRA: S. J. M. NOGUEIRA.
OBRA: RECUPERAÇÃO TOTAL DE UMA PONTE EM MADEIRA COM 90 MTS NA VICINAL DE ACESSO À COLÔNIA CONFIANÇA III, SOBRE O RIO QUITAUAÚ.
PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS: INICIAR OS SERVIÇOS OBJETO DA CARTA-CONVITE Nº 77/84.
ABRIR LIVRO DE OCORRÊNCIA.
ENGº FISCAL: MARCO ANTÔNIO MACIEL DE MELO.
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO: 20 DE MARÇO DE 1984.
ASSINATURA: ENGº CIVIL ANTÔNIO BELÉM DE MACÊDO.
RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO: 21.DE MARÇO DE 1984.
VALOR P/EXECUÇÃO DA OBRA:Cr$ 34.539.600,00(TRINTA E QUATRO MILHÕES QUINHENTOS E TRINTA E NOVE MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS).
ASS. P/ EMPREITEIRA: STEPHENSON JORGE MOURA NOGUEIRA.
OBS: EMITIDA A NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº 1586, DE 14.03.84, EM FAVOR DA CONTRATADA.

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO DETRA Nº 011/84

FIRMA EMPREITEIRA: A. A. SUZIN JÚNIOR.
OBRA: RECUPERAÇÃO DE UMA PONTE EM MADEIRA COM 20M NA ESTRADA DE ACESSO À COLÔNIA LAMA - MUNICÍPIO DO MUCAJAÍ.
PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS: INICIAR OS SERVIÇOS OBJETO DA CARTA-CONVITE Nº 74/84.
ABRIR LIVRO DE OCORRÊNCIA.
ENGº FISCAL: ROSANÍ DIAS CIDADE.
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO: 20 de MARÇO DE 1984.
ASSINATURA: ENGº CIVIL ANTÔNIO BELÉM DE MACÊDO.
RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO: 27 DE MARÇO DE 1984.
VALOR / EXECUÇÃO DA OBRA: Cr$ 5.450.000,00 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS).
ASS. P/ EMPREITEIRA: ANTENOR A. SUZIN JÚNIOR.
OBS.: EMITIDA A NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº 1585, DE 14.03.83, EM VAFOR DA CONTRATADA.

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO DETRA Nº 012/84

FIRMA ENPREITEIRA: CONSTRUTORA RODAN LTDA.
OBRA: RECUPERAÇÃO DE 13 KM DE ESTRADAS VICINAIS NA COLÔNIA CONFIANÇA III.
PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS: INICIAR OS SERVIÇOS OBJETO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 02/84.
ABRIR LIVRO DE OCORRÊNCIA.
ENGº FISCAL: MARCO ANTÔNIO MACIEL DE MELO
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO: 23 DE MARÇO DE 1984.
ASSINATURA: ENGº CIVIL ANTÔNIO BELÉM DE MACÊDO.
RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO: 23 DE MARÇO DE 1984.
VALOR P/ EXECUÇÃO DA OBRA: Cr$ 83.021.000,00 (OITENTA E TRÊS MILHÕES VINTE E UM MIL CRUZEIROS).
ASS. P/ EMPREITEIRA: ANÉZIO CARLOS AMORIM.
OBS: EMITIDA A NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº 1658 DE 19.03.84,EM FAVOR DA CONTRATADA.

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO DETRA Nº 013/84

FIRMA EMPREITEIRA: S. P. A. - TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.
OBRA: REVESTIMENTO PRIMÁRIO NA RR-319 TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS O KM 55 A 75.
PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS: INICIAR OS SERVIÇOS OBJETO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 10/84.
ABRIR LIVRO DE OCORRÊNCIA.
ENGº FISCAL: FRANCISCO HAMILTON VIEIRA.
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO: 09 DE ABRIL DE 1984.
ASSINATURA: ENGº CIVIL ANTÔNIO BELEÉM DE MACÊDO.
RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO: 09 DE ABRIL DE 1984.
VALOR P/ EXECUÇÃO DA OBRA: Cr$ 167.656.320,00 (CENTO E SESSENTA E SETE MILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E VINTE CRUZEIROS).
ASS. P/EMPREITEIRA: JOSÉ NILTON PINHEIRO.
OBS.: EMITIDA A NOTA ORÇAMENTÁRIA Nº 2087, DE 02.04.84, EM FAVOR DA CONTRATADA.

PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1ª Circunscrição Judiciária de Roraima
Juizo de Direito da Vara Criminal

CARTÓRIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

ATA DE AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO

(Cont. na pág. 2)

(Continuação da pág. 1)

Aos seis,nove,dez e onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e quatro às 8h, pelo MM, Juiz de Direito Diretor do Forum, Dr. Aluísio Antônio de Sá Peixoto, os dignos representantes do Ministério Público e da OAB-RR, respectivamente, Drs. (ausentes) procedeu-se à distribuição dos feitos de Primeira Instância abaixo relacionados, de conformidade com o Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Do que para constar. lavrei a presente ata. Eu,....., Auxiliar Judiciário, a datilografei. Eu,....., Oficial do Cartório de Distribuição, subscrevi.

PRISÃO EM FLAGRANTE Reg. 26/84, iniciado em 06/03/84, da Delegacia de Plantão. Indiciado: VALDECI DOS REIS, filho de Almir Ferreira dos Reis e Arelina Alves dos Reis incurso no artigo 121 c/c o art. 12 do CPB.

PRISÃO EM FLAFRANTE Reg. 34/84, iniciado em 25/03/84, da Delegacia de Plantão. Indiciado: JOSÉ MACEDO MAGALHÃES, filho de Antônio Eugênio Magalhães e Maria Macedo de Souza, incurso no artigo 19 e 28 da L.C.P.

PRISÃO EM FLAGRANTE Reg. 33/84, iniciado em 25/03/84, da Delegacia de Plantão. Indiciado: LOURENÇO ALVES FERREIRA JÚNIOR, filho de Lourenço Alves Ferreira e Geralda de Oliveira Ferreira, incurso no art. 219 do C.P,B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. 23/83, iniciado em 24/11/83,da Delegacia de Polícia Judiciária. Indiciado: ELILTON QUEIROZ DE AGUIAR, vulgo Sangola , filho de Ernesto Coêlho de Aguiar e Celina Queiroz de Aguiar; JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA PINTO, filho de Miguel Augusto da Silva e Benvinda Pinto ; FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA, filho de Miguel Augusto da Silva e Benvinda Pinto; MANOEL PAULO, Tuxaua, (não qualificado) GEDALVO BELO DA SILVA, filho de José Belo da Silva e Maria F[illegible]a Silva. Art. 155 do C.P.B. e o último, art. 180

HABEAS [illegible]mpetrante: Dr. Paulo Coêlho Pereira.Paciente: JOS[illegible]J XAVIER DA ROCHA.

CONTRA NO[illegible]CAÇÃO JUDICIAL. Requerente: FLAVIO PORTO DA ROSA (Adv. Dr. Cláudio Teixeira de Oliveira). Contra:ANGELO GELSO BATTANOLI VC Cr$ 1.000,00.

CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO DE PENHORA.Deprecante: Juiz de Direito da [illegible]. Vara Cível e Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus-AM. Objeto: Citação, penhora, intimação de penhora e registro de penhora de: JOSÉ MARCELO DOS SANTOS. proposta por ITAUCRED - CIA. ITAÚ DE INVESTIMENTO-CRED. E E FINANCIAMENTO. Extraída dos autos da ação de Execução.

SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL. Requerentes: C.C.A.P. e D. Q.P. (Adv. Dr Illo augusto dos Santos). VC Cr$ 1.000,00.

EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL. Autora: RORAIMA DIESEL LTDA (Adv. Dr. Américo Ortega Júnior). Contra: DIOMEDES DE OLIVEIRA. CIC. Nº 010921702-00. VC Cr$ 2.300.000,00.

REDUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Requerente: J.S.S.(Adv. Dr. Francisco Ricardo F. Neto e Pedro X. Coêlho Sobrinho). Em favor de J.B.A. e T.A.S. VC Cr$ 10.000,00.

BUSCA E APREENSÃO DE MENOR: Requerente: J.S.C., em favor do menor: J.C.C., em poder de M.S.S.C.(Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho - Defensor Público).

CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA, Deprecante: Juiz de Direito da 1a. Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro/RJ. Objeto: Oitiva das testemunas: JOÃO PEREIRA BARBOSA. DAMASIO DOUGLAS NOGUEIRA e CÉSAR AUGUSTO DOS SANTOS ROSAS e REINALDO FERNANDES NEVES. Extraída do Processo Crime 16.520 em que são réus: GERB ALVES PEREIRA, CLÓVIS GOMES e FRANCISCO GOMES PIMENTEL, incursos nos artigos 155 II e IV e 12, II do C.P.B.

PRISÃO EM FLAGRANTE Reg. 36/84, iniciado em 23/03/84, da Delegacia de Vigilância e Costumes. Flagranteado: ELIZARDO PASSOS DA SILVA, vulgo Negão , filho de Eduardo Barbosa da Silva e Maria Ferreira Passos, incurso no art. 34 da L.C.P. e 330 e 331 do C.P.B.

PROCESSO ESPECIAL Reg. 04/84, iniciado em 07/02/84,da Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor. Menores Infratores: L.M.T., vulgo 'QUINHA' , filho de João Tobias e Maria Silva Tobias e M.P.S. vulgo Bia , filho de José Pereira da Silva e Antônia Rodrigues da Cruz. Art. 155 § 4º item I do CPB.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Exequente: SADI SABINI contra JOSÉ CARLOS FIGUEIREDO BARROSO C/CPF ..... 125.066.729/15 (Adv. Dr. Ivanildo Pinto de Melo)..... VC Cr$ 350.000,00.

SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL.Requerentes: N.J.C.B e F.M.

(Cont. na pág. 3)

SECRETARIADO

Secretário de Administração
ALEXANDRE FERREIRA LIMA NETO
Secretário de Planejamento
LUCIANO DE SOUZA CASTRO
Secretário de Finanças
HAROLDO EURICO AMÓRAS DOS SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
SÉRGIO DE ALMEIDA BRUNI
Secretário de Promoção Social
ADALARDO MENEZES NOGUEIRA
Secretário de Agricultura
IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA
Secretário de Segurança Pública
JOAQUIM NEVES ROBERTO
Secretário de Obras e Serviços Públicos
JOÃO LINO RIBEIRO
Secretário de Saúde e Ação Social
RAMIRO JOSÉ TEIXEIRA E SILVA

DIÁRIO OFICIAL

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

DIRETOR JOEL ELOY NASCIMENTO DE SOUZA CRUZ

Divisão de Custos:
Chefe: Murilo Bezerra de Menezes
Divisão de Publicações e Artes Gráficas:
Chefe: Anísio Fernandes Filho
Divisão de Distribuição:
Chefe: João Menezes

ORIGINAIS

* Os textos enviados à publicação deverão ser datilografados e acompanhados de ofício ou memorando.

ATENDIMENTO

Das 07:00 às 12:00 horas. De 14:30 às 17:30 hs.

PREÇOS - PUBLICAÇÕES

* Publicações - centímetros de coluna..... Cr$ 1.350,00
Preço do Exemplar..... Cr$ 200,00
Número atrasado..... Cr$ 300,00
Assinatura Semestral..... Cr$ 8.000,00

RECLAMAÇÕES

* Deverão ser dirigidas por escrito ao Diretor do Departamento de Imprensa Oficial do T.F. de Roraima, até 8 dias após a publicação.

Deptº de Imprensa Oficial - Rua Cel. Pinto, 234
Boa Vista - TFR - Telefones(095)224-3824 e 224-4180
CEP 69.300

(Continuação da pág. 2)

B. (Adv. Dra.Marta Maria de Rezende Pinto - Defensora Pública) s/v.

RETIFICAÇÃO DE REGSITRO CIVIL. Requerente: A.A.D.assistida p/seus genitores: F.D. e M.N.A.(Ad. Silvio Sebastião de Castro Leite) s/valor.

SUPRIMENTO DE IDADE. Requerente: N.M.P.(adv Marta Maria de Rezende Pinto - Defensora Pública) VC Cr$ 1.000,00.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Exequente JOSÉ PAULINO DA SILVA contra ALCEBÍADES ARAÚJO TEIXEIRA (Adv. Dr.Silvio Sebastião de Castro Leite) s/valor.

ALIMENTOS. Requerente: E.C.F., M.C.F., M.C.F. contra A.C. M. (Adv. Dra. Marta Maria de Resende Pinto - Defensora Pública) VC Cr$ 759.600,00.

ALIMENTOS. Requerente: J.B.S; R.A.S., J.C.S. representados p/ sua mãe M.N.M.N. contra J.P.S. (Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho - Defensor Público) VC Cr$ 1.200.000,00.

SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL. Requerente: J.R.P. e C.M.G. P (Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho e Amêrico Ortega Júnior) VC Cr$ 10.000,00.

EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL. Exequente: JOAIR MARCONDES PEREIRA contra JOSÉ FERREIRA DA SILVA c/CPF..... 063.250.402/72(Adv. Dr. Amêrico Ortega Júnior) VC..... Cr$ 1.700.000,00.

EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL. Exequente: BANCO DO BRASIL S/A contra ADAIL LANÇONI c/CPF 007.576.761-15.VC..... Cr$ 2.115.206,29.

PEDIDO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. Requerente: JOSÉ MACIEL DE MELO e AUZERINA ROSALINA DA SILVA em favor de seus filhos: F.S.M.; J.F.S.M., R.S.M. e R.M.S.M. e R.M.S.M. (adv. Dra. Marta Maria de Rezende Pinto - Defensora - Pública) VC Cr$ 1.000,00.

PEDIDO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. Requerente:VICENTE AGAPITO (adv. Dra. Marta Maria de Rezende Pinto - Defensora Pública) VC Cr$ 1.000,00.

INVENTÁRIO. Inventariante: AILTON CRUZ PIMENTEL.Inventariado: JOÃO MESQUITA PIMENTEL e ARACY CRUZ PIMENTEL. (Adv.Dr. Illo Augusto dos Santos) VC Cr$ 500.000,00.

PEDIDO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. Requerente: CASIMIRO FREITAS DA LUZ. (Adv. Dra. Marta Maria de Rezende Pinto - Defensora Pública) VC Cr$ 1.000,00.

PRISÃO EM FLAGRANTE. Reg. 32/84, iniciado em 09/03/84, da Delegacia de Plantão. Flagranteaso: VALDEMIR ou VALDECIR SOARES DA SILVA, filho de Waldemar Isidoro da Silva e Albertina Soares da Silva. Art. 339 do C.P.B.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Exequente BANCO DO BRASIL S/A contra: GENIVAL ORLANDO ALMEIDA PEREIRA e s/ avalista JOSÉ MENDES DE BRITO)Adv. Dra. Solange Cássia dos Santos Silva) VC Cr$ 4.628.330,94

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente. MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra MARIA DE JESUS MARQUES DO NASCIMENTO (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 45.800,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA CONTRA JOSÉ FERNANDES LARANJEIRA JÚNIOR (Adv. Dra. Maria Juscilele de Lima Campos) VC Cr$ 45.800,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra JOSÉ LEMOS NOBRE (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 4.396,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra L.S.CAMPELO (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 3.664,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra L.R. DA SILVA (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 4.396,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra IZABEL FERREIRA DE SOUZA (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 54.120.00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra SERTEL SERVIÇOS TÉCNICO DE ELETRICIDADE COMPANHIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 50.000,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra V.S. ALMEIDA (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 4.213,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra ANIBAL PIAZER (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos)VC Cr$ 1.616.600,00.

EXECUÇÃO FISCAL. Exequente: MUNICÍPIO DE BOA VISTA contra LUIZ GUERREIRO SALDANHA (Adv. Dra. Maria Juscilene de Lima Campos) VC Cr$ 64.120,00.

CONVERSÃO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVORCIO Requerente: J.S.S. e J.B.A. (Adv. Dr. Francisco Ricardo Freire Neto e Pedro Xavier Coêlho Sobrinho) VC Cr$ 2.000,00.

SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL. Requerentes: J.C.S. e D.A. N.S. (Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho) VC..... Cr$ 100.000,00.

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. Requerente: DINAMAR DE SOUZA (Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho - Defensor Público) VC Cr$ s/valor.

ALVARÁ AUTORIZATIVO. Requerente: FRANCISCA FERREIRA MARTINS (Adv. Dr. Pedro Xavier Coêlho Sobrinho - Defensor Público) VC Cr$ 1.000,00.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Exequente CASA DOS PNEUS LTDA contra JOSÉ CAETANO DE SOUZA (Adv. Dr. Amêrico Ortega Júnior) VC Cr$ 350.000,00.

INQUERITO POLICIAL Reg. 35/84, iniciado em 07/03/84 da Delegacia de Vigilância e Costumes: Indiciado: VIVAN RODRIGUES BRASHE, filho de José Rodrigues Brashe e Mathilde Rodrigues Brasshe. Art. 242 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. 12/84, iniciado em 27/03/84, da Delegacia de Polícia da Capital. Indiciado: FIRMO DE SOUZA CRUZ, filho de Antônio de Souza Cruz e Josefa Maria da Conceição, incurso no artigo 129 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. 08/84, iniciado em 18/01/84,da Delegacia de Ordem Social. Indiciado: DÁRIO DA SILVA LIMA , filho de Isaias Correa Lima e Alice Silva Lima, incurso no art. 312 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. nº 44/84, iniciado em 07.03.84, da Delegacia de Investigações Gerais. Indiciado: VICENTE RODRIGO FIGUEIREDO DE SOUZA, filho de Francisco das Chagas de Souza e Natercia Figueiredo de Souza; e IVAN ALVES SOUZA, filho de Aristides Honorato de Souza e Alcimar Alves de Souza incursos no artigo 155 c/24 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. nº 77/84, iniciado em 08/04/84. da Delegacia de Investigações Gerais. Indiciado: ANTÔNIO LUIZ PALMEIRA DA SILVA, (não qualificado) Art. 155 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. 09/84, iniciado em 26/03/84, da Delegacia de Polícia da Capital. Indiciado: ELIEZER MALHEIRO DA COSTA, filho de Maria Clarice Malheiro da Costa,incurso no artigo 155 do C.P.B.

INQUÉRITO POLICIAL Reg. 49/84, iniciado em 26.03.84, da Delegacia de Investigações Gerais. Indiciado: GETÚLIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, vulgo Xexéu; filho de Maria José Rodrigues de Oliveira, incurso no artigo 180 do C.P.B.

VIRGINIA FRANCO DE OLIVEIRA
Oficial Distribuidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 030
DE 09/04/84

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 34, item VIII, da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977 e de acordo com os Artigos 30, 31, inciso I da Lei nº 086, de 03 de agosto de 1982, resolve

(Cont. na pág. 4)

(Continuação da pág.3)

D E S I G N A R:

CAROLINA BARBOSA SANTOS, Técnico em Contabilidade, código LT.NM.512, Nível "A", da Tabela Permanente deste Município, para exercer a função de Chefe, código..... DI.200.2, da Seção de Seleção, Treinamento, Classificação e Promoção, da Secretaria Municipal de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista, em 09 de abril de 1984.

MIGUEL GUERRA BALLVÉ
Prefeito Municipal
o0o

AGROPECUÁRIA KIMAK SOCIEDADE ANÔNIMA

CAPITAL AUTORIZADO:..... Cr$ 150.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO:..... Cr$ 70.000.000,00

ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL AUTORIZADO DENOMINADA AGROPECUÁRIA KIMAK SOCIEDADE ANÔNIMA.

SAIBAM quantos esta pública escritura virem, que aos seis (06) dias do mês de dezembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e oitenta e três, nesta cidade de Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima, República Federativa do Brasil, em meu Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, como outorgantes GRUPO KIMAK LIMITADA, pessoa jurídica de direiro privado, registrada no C.G.C (MF) sob o nº 05.951.546/0001-41 e na Junta Comercial do Território Federal de Roraima sob o nº..... 14.0000.170-3, representada neste ato por seu sócio-gerente JOÃO MIGUEL KIMAK, brasileiro, desquitado, industrial e agropecuarista portador do C.I.C nº 044.900.102-49 e Cédula de Identidade nº 26 350-SSP-RR., residente nesta cidade; JOÃO MIGUEL KIMAK, já qualificado; ANTÔNIO CARLOS KIMAK, brasileiro, casado, industrial e agropecuarista, portador do C.I.C nº 044.947.762-20 e Cédula de Identidade nº 28.661.SSP-RR., assistido por sua mulher VALÉRIA PASSOS RODRIGUES KIMAK, do lar, Identidade nº 55.505-SSP-RR., residentes nesta cidade, na Av. Ville Roy, 650 - Centro, ELOY JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, industrial e agropecuarista, portador do C.I.C. nº 014.778.629.00 e Cédula de Identidade nº 757.020-SSP-PR., assistido por sua mulher LINDAMIR TEREZINHA KIMAK DOS SANTOS, do lar, Identidade nº 1.360.670-PR., residentes e domiciliados nesta cidade, na Rua José Bonifácio, 64 - São Francisco; TEODOSIO GAVANSKI, brasileiro, casado, comerciante de pecuarista, portador do C.I.C nº 338.580.989-49 e Cédula de Identidade nº..... 1.198.561-SSP-PR., assistido por sua mulher ANA DIVA KIMAK GAVANSKI, do lar, Identidade nº 62.520-SSP-RR. e C.I.C nº 438.056.129-15, residentes e domiciliados nesta cidade, na Rua José Bonifácio, 58 - São Francisco; PAULO CESAR KIMAK, brasileiro, solteiro, comerciário e pecuarista, portador do C.I.C nº 188.702.522-72 e Cédula de Identidade nº..... 61.943-SSP-RR., residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Major Williams, 803-Centro; e FRANCISCO RUBENS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, comerciário e pecuarista, portador do C.I.C nº 373.322.019-68 e Cédula de Identidade nº 1.891.694-SSP-PR., residente e domiciliado nesta cidade, na Rua José Bonifácio, 64; todos reconhecidos por mim como os proprios e de cuja capacidade jurídica dou fé. E, em presença das testemunhas ao final identificadas e assinadas, pelos outorgantes, me foi dito: a) que havia acordado a constituição de uma sociedade anônima de capital autorizado, que será regida pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 pela legislação especifica que lhe seja pertinente e mediante o Estatuto que vai a seguir transcritas: AGROPECUÁRIA KIMAK SOCIEDADE ANÔNIMA - ESTATUTO - CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FINS E DURAÇÃO. Art. 1º - Sob a denominação de AGROPECUÁRIA KIMAK SOCIEDADE ANÔNIMA fica constituída uma sociedade anônima de capital autorizado, no Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, a Fazenda São Luiz I, BR-401-Km 40, onde também é o seu foro. Art. 2º - Os objetivos da sociedade são a pecuária e a agricultura, podendo dedicar-se ainda a outras atividades desde que permitidas por lei. Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - Art. 4º - O Capital Social Autorizado é de Cr$ 150.000.000,00 (CENTO E CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS) dividido em 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações do valor nominal de Cr$ 1,00 (Um cruzeiro) cada, distribuido do seguinte modo: 70.000.000 (Setenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cr$ 1,00 (Um cruzeiro) cada, na importância de Cr$ 70.000.000,00 (SETENTA MILHÕES DE CRUZEIROS) e..... 80.000.000 (Oitenta milhões) de ações, classe "A", também do valor nominal de cr$-1,00 (Um cruzeiro) cada, na importância de Cr$ 80.000.000,00 (OITENTA MILHÕES DE CRUZEIROS). Parágrafo Primeiro - As ações preferenciais são todas nominativas, do valor nominal de Cr$ 1,00 (Um cruzeiro) cada, são de classe "A" e não terão direito a voto, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação pertinente a matéria e serão subscritas com recursos provenientes do Fundo de Investimento da Amazônia-FINAM, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974. Parágrafo Segundo - A empresa poderá emitir títulos múltiplos de ações. Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais classe "A" são nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos de acordo com o Art. 19, do referido Decreto-lei nº 1.376/84 e terão participação integral nos resultados sociais, nos termos do § 2º do Art. 8º, do mesmo Decreto-lei. Art. 5º - Aos acionistas fica excluido o direito de preferência a suscrição de ações nos moldes da lei sobre incentivos fiscais, constantes do parágrafo único, do artigo 172, da Lei nº 6.404/76. Art. 6º - As ações e os titulos múltiplos serão assinados por 2 (dois) diretores. Art. 7º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas decisões da Assembléia Geral. Art. 8º - As ações não poderão ser emitidas por preço inferior ao seu valor nominal. Art. 9º - A empresa poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou cancelamento, obedecidas as restrições contidas no Art. 30 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único As ações adquiridas na forma deste artigo não terão direito a dividendos nem voto. Art. 10 - A Diretoria poderá, independentemente de autorização da Assembléia Geral, mediante aplicação de lucros e reservas, resgatar total ou parcialemnte as ações classe "A", vencido o prazo de 4 (quatro) anos, e nos locais competentes, postas a venda pelas autoridades administradoras do Fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM. Parágrafo Único - o Órgão competente para deliberar a emissão de ações é o Conselho de Administração, de acordo com o Art. 166, da Lei nº 6.404/76. CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - Art. 11 São Órgãos de administração da empresa: a) Conselho de Administração; b) Diretoria. Art. 12 - O Conselho de Administração é o órgão de deliberação coletiva, sendo a representação da sociedade privativa dos Diretores. Art. 13 - O prazo de gestão do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Único - É admitida a reeleição. Art.14 - A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia-Geral que os eleger. Art. 15 - O Conselho de Administração é composto de 3(três) membros, sendo necessariamente pessoas naturais, acionistas, residentes no País, designados na Assembléia Geral que os eleger, sendo um Presidente e 2 (dois) membros. Art. 16 - Nos impedimentos ou faltas de qualquer dos membros do Conselho de Administração, inclusive do presidente, caberá a esse Orgão designar o seu substituto que terá os direitos do substituido, inclusive de voto, Parágrafo Primeiro - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração proceder-se-á da mesma forma prevista neste artigo, salvo se a vaga ocorrer com respeito ao presidente, caso que deverá ser imediatamente convocada a Assembléia-Geral Extraordinária para deliberar sobre o respectivo provimento. Parágrafo Segundo - Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, causa justificada deixar de participar de mais de 2 (duas) reuniões consecutivas. Art. 17 - o Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de qualquer dos seus membros, com 2 (dois) dias de antecedência. As reuniões serão válidas quando contarem com a presença ou representante da maioria dos seus membros em exercício. Parágrafo Único - Nas reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro que não comparecer pessoalmente seja representado por um dos seus pares, seja para a formação de "quorum", seja para votação, sendo admitido igualmente, votos por carta e telegrama, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes ou dos representantes, conforme o caso. Art. 18 - As reuniões serão lavradas em atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes. Art. 19 - A sociedade terá uma Diretoria composta por três (3) membros, sendo um Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Operações Artigo 20 - Os membros da Diretoria serão acionistas ou não residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores sejam eleitos e tomem posse. Art. 21 - Os Diretores tomarão posse por termo lavrado no Livro de atas de Reunião da Diretoria, assinado pelos mesmos. Art. 22 - Em seus impedimen

(Cont. na pág.5)

(Continuação da pág.4)

tos temporários, os diretores se substituirão mútua e cumulativamente no desempenho dos respectivos encargos, por deliberação da própria Diretoria. Art. 23 - Os Diretores representarão a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, tendo amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos e operações, que se relacionem com o objeto da sociedade. Art. 24 - Todos os atos que criarem responsabilidades para a sociedade somente terão valor quando assinados por dois (2) diretores ou por um deles, com um procurador legalmente constituido pela Diretoria, excetuada a hipótese prevista adiante, Incluem-se nesses atos, a assinatura de cheques e quaisquer outros títulos de crédito. Todas as procurações outorgadas pela sociedade deverão estipular especificamente os poderes conferidos e, com exceção das procurações"ad judici", terão período de validade que não poderá exceder o ano social em que foi outorgada. As procurações outorgadas pela sociedade serão necessariamente assinadas por 2 (dois) diretores, na forma acima estabelecida. Parágrafo Primeiro - O Diretor-Presidente poderá, isoladamente assinar e endossar cheques e outorgar procurações em nome da sociedade. Parágrafo Segundo - A elienação e oneração de bens imóveis cessões, financiamentos, fianças, avais, cauções e renúncia de Direitos, dependerão sempre de decisão especifica em Assembléia-Geral de Acionistas. CAPITULO IV - CONSELHO FISCAL - Art. 25 - A sociedade terá um Conselho Fiscal, que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, na forma do Art. 161 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, pessoas naturais,residentes no País, que satisfaçam os requisitos da lei. Parágrafo Primeiro - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembléia-Geral, que elegerá seus membros e lhes fixará a remuneração, obedecidos os limites da lei. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembléia-Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição. CAPITULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 26 - A Assembléia-Geral é o orgão máximo da administração da sociedade, com os poderes previstos em lei e se constitui pela reunião dos acionistas ou de seus representantes legais habilitados. Parágrafo Primeiro - A Assembléia-Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatros (4) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Parágrafo Segundo - A Assembléia-Geral será convocada por qualquer Diretor, bem como, na forma prevista em lei. Paragrafo Terceiro - A Assembléia-Geral será presidida pelo Diretor-Presidente, que escolherá um acionista para secretaria-la. Na sua ausência, a Assembléia-Geral elegerá, dentre os acionistas, um para presidente. Parágrafo Quarto- As deliberações da Assembléia-Geral, ressalvadas as exeeções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. CAPITULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS, LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO - Art. 27 - O exercício social coincidirá com o ano civil. Art. 28 - No encerramento de cada exercício social se rá levantado um balanço geral, que constará das seguintes peças: a) Demonstrações Financeiras; b) Balanço Patrimonial; c) Lucros e Perdas; d) os resultados do exercício; e) Demonstrações das Origens e Aplicações de recursos, em consonância com o que dispõem os artigos 176 e 188 da Lei nº 6.404/76. Paragrafo Único A Diretoria poderá determinar levantamento de balanços semestrais para apuração dos resultados do semestre e, com base na apuração desses balanços, determinar a atribuição dos dividendos "ad referendum" da Assembléia-Geral. Artigo 29 - Do lucro líquido de cada exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, até que essa venha atingir 20% (vinte por cento) do capital social. Parágrafo Único - Tal aplicação poderá ser dispensada nos exercícios em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das serservas de capital de que trata o parágrafo primeiro (19) do artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Artigo 30 - Todas as categorias de ações da Empresa da Direito aos seus portadores, da dividendos fixos e cumulativos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em balanço, que será distribuido proporcionalmente ao número de ações de cada possuidor. Art. 31 - Os dividendos deverão ser reclamados até 3 (três) anos, a contar da data do primeiro aviso de pagamento, após o que prescreverão em favor da sociedade. CAPITULO VII - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - Art. 32 - A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia -Geral. Art. 33 . No caso de liquidação, os acionistas estabelecerão a sua forma e legerão os liquidante e o Conselho Fiscal, que funionará no período de liquidação. CAPITULO VIII - DISPOSIÇÃO GERAL E TRANSITÓRIA - Artigo 34 - Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pelas normas da legislação vigente no País e pela Assembléia-Geral, regularmente convocada para tais fins." b) que, de conformidade com o Estatuto que acabam de aprovar e aceitar, os outorgantes acionistas da Agropecuária Kimak S.A. declaram que subscrevem neste ato a importância de Cr$ 70.000.000,00 (SETENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), correspondentes a 70.000.000 (Setenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de ..... Cr$ 1,00 (Um cruzeiro) cada, sendo que o acionista GRUPO KIMAK LIMITADA, subscreve 35.000.000 (Trinta e cinco milhões) de ações, na importância de Cr$ 35.000.000,00 (TRINTA E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS); o acionista JOÃO MIGUEL KIMAK, subscreve 10.500.000 (Dez milhões e quinhentos mil) ações, na importância de Cr$ 10.500.000,00 (DEZ MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS); o acionista ANTÔNIO CARLOS KIMAK, subscreve 10.500.000 (Dez milhões e quinhentos mil) ações, na importância de Cr$ 10.500.000,00 (DEZ MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS); o acionista ELOY JOSÉ DOS SANTOS subscreve 10.500.000 (Dez milhões e quinhentos mil) ações, na importância de Cr$ 10.500.000,00 (DEZ MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS); o acionista TEODÓSIO GAVANSKI subscreve 1.750.000 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil) AÇÕES; na importância de Cr$ 1.750.000.00 (UM MILHÃO, SETE CENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS); o acionista PAULO CÉSAR KIMAK subscreve 875.000 (Oitocentas e setenta e cinco mil) ações, na importância de Cr$ 875.000.00 (OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL CRUZEIROS); e o acionista FRANCISCO RUBENS DOS SANTOS subscreve 875.000 (Oitocentos e setenta e cinco mil) ações, na importância de Cr$ 875.000,00 (OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL CRUZEIROS). Disseram ainda que integralizavam parcialmente o capital social subscrito da seguinte forma: com uma área de terras rurais localizada no Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, denominada São Luiz I , com 2.456,9200 hectares, de legítima propriedade dos senhores acionistas GRUPO KIMAK LTDA; JOÃO MIGUEL KIMAK; ANTÔNIO KIMAK e ELOY JOSÉ DOS SANTOS, conforme provam com a Escritura Pública lavrada nestas Notas às fls. 115.117, do livro nº 101 e as seguintes benfeitorias, máquinas, veículos e equipamentos: DAS BENFEITORIAS - Um (01) barracão construído em madeira, coberto de telha eternite, piso de cimento, com a área de aproximadamente 200.0000 m2, (10.0000 x 20,0000m), com paredes laterais de madeira; Um (01) barracão construido em madeira, coberto de palha de buriti, piso de chão batido, com área de aproximadamente 250.0000m2 (10,0000 x 25.0000 m) , somente com uma parede ao fundo construido em madeira de pau-a-pique ; Uma (01) casa-de força, construida em madeira, coberta de telha eternite, piso de chão batido , com uma área de aproximadamente 16,0000 m2 (4,0000 x 4,0000m), com paredes de madeira; Uma (01) casa de administrador , construida em madeira, coberta com telha de eternite, piso de cimento, com paredes de madeira, com uma área construida de aproximadamente 30,0000 m2 (5.0000 x 6.0000m), 4 divisões, banheiro em anexo luz elétrica e instalações hidráulicas; Uma (01) casa de colono construída em madeira, coberta com telha de eternite, piso de cimento, com madeira, com uma área de aproximadamente de 20,0000 m2..... (4,0000 x 5,0000 m), 3 divisões, banheiro em anexo; Uma (01) Cerca de arame farpado, com estacas de madeira-de-lei, distando uma da outra em 3,0000 metros, com 4 fios na maior parte (70%) e 3 fios (30%), com uma extensão de aproximadamente 17,0000 quilometros; DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS - 01 - trator de rodas de pneus, agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF-290, equipado c/ motor diesel, marca Perkins mod. A4-248, 80 CV, injeção direta, em funcionamento perfeito, sistema eixo-dianteiro recuperado em perfeito funcionamento, sistema detrito, 12 volts, diferencial, caixa de mudanças de 8 velocidade à frente e 2 à ré, equipado c/ os hidráulicos dos 3 pontos e 2 braços de levante e o 3º ponto, Barra de tração,assento completo em funcionamento perfeito e em bom estado de conservação: 01 - Grade Aradora, de arrasto, marca Baldan, de 16 x 26,discos recortados com pequenos desgaste, s/ conjunto suporte..... pneus para transporte, disco de 26" de diâmetro, estado geral de conservação bom ; 01 Grade Aradora, de Arresto, marca Baldan, de 20 x 24", discos recortados com pequenos desgaste, s/ pneus conjunto para trasporte, discos de 24" de diâmetro recortados, em estado bom de conservação: 01 -Grade Niveladora de arresto, marca Campeã, de 48 x 20", discos lisos de 20" de diâmetro, em estado bem de conservação, verificando-se um pequeno desgaste nos discos; 01 - Carreta de rodas, agricola, 4 rodas Cap. 4 ton. pneus 7.50 x 16, carroceria de madeira-de-lei, em bom estado de conservação, rolamento das rodas c/ pequeno desgaste; 01 Secador marca Pampeiro, modelo 80, com capacidade de secagem de 90 sacos de grãos por secagem, em bom eatdo de conservação; 01 - máquina de beneficiar arroz marca Zacarias., tipo colonial, com motor extacionário Yamaha; 01 - Conjunto

(Cont. na pág.6)

(Continuação da pág.5)

de grupo gerador um painel de controle, motor Yamaha de 40 KVA, um gerador de marca Bambose de 25 KVA; e 01 compressor, marca Schulz, com capacidade de 120 libras de pressão máxima, em bom estado de conservação, que por força transferem como de fato transferido têm pelo presente instrumento e posterior averbação no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, cujo valor é de Cr$ 69.554,846,00 (SESSENTA E OITO MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZEIROS), conforme laudos de Avaliação expedidos pela Associação de Assistência Técnica e Extenção Rural de Roraima-ASTER, e por T. LOUREIRO & CIA., conforme segue: LAUDO DE AVALIAÇÃO - I - Dados Pessoais dos Proponentes: Nome: João Miguel Kimak e outros; CPF; nº 044.900.102-49; Profissão Agropecuárista e Empresário; Naturalidade: Caçador Santa Catarina; Nacionalidade: Brasileira Carteira de Identidade nº 26.350-SSP-RR., Endereço p correspondência: Av. Major Williams, 803 - 1º andar, fone (095) 224-2138, Telex: 091-2226. II - Imóvel Beneficiado: Denominação: Fazenda São Luiz Primeiro;Localização: Região do Itacutu; Área total: 2.456.6200 hectares; Situação Fundiária: Título Definitivo; Distância desta sede: 35 quilometros: Acesso: BR-401, terrestre, sentido Boa Vista-Bonfim, lado esquerdo, constante todo o ano . Nota: Os autos proponentes oportunamente serão apresentados cadastralmente a esta instituição. 1.0 - Do uso das Terras: 1.1 - Terras Nuas: Aproximadamente 2.456,0000 hectares de terras nuas ao preço de Cr$ 147,20, ao todo,..... Cr$ 361.670,40 (Trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta cruzeiros) e quarenta centavos); 1.2 - Campos Nativos: Aproximadamente 1.000,0000 Hectares de campos nativos, com vegetação predominante de gramíneas, ao preço unitário de Cr$ 20.000,00, ao todo Cr$ 20.000.000, (VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS). 1.3 - Cerrados: Aproximadamente.... 654,0000 hectares de cerrados, com uma cobertura floristica de gramineas com ocorrência de plantas arbustivas de médio porte de conformações tortuosas, preço unitário de.... Cr$ 25.000,00, ao todo Cr$ 16.350.000,00 (DESESSEIS MILHÕES, TREZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), 1.4 - Terras Beneficiadas: Aproximadamente 500.000 hectares de terras beneficiadas com cultivo adequado de cultura anuais, a o efeito da adubação química com função residual, ao preço unitario de Cr$ 35.000,00, ao todo Cr$ 17.500.000,00 (DEZESSETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS). 1.5 - Matas: Aproximadamente 300.0000 hectares de mata virgem com relativa ocorrência de madeira de lei, ao preço unitário de Cr$ 30.000,00, ao todo Cr$ 9.000.000,00 (NOVE MILHÕES DE CRUZEIROS). 1.6 - Outros: Aproximadamente 2,0000 hectares de terras constituidas de igarapés, infra estrutura e outros, ao preço unitário de Cr$ 10.000,00, ao todo, ... Cr$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZEIROS). 1.7 - Resumo do Uso das Terras: item: 1.1 - terras nuas Und. ha. 2.456,0000 ; Cr$/ha - 147,2 - Valores em 1,00-361.670. 1.2 - Campos Nativos, Und. ha, 1.000,0000, Cr$/ha-20,000 - Valores em 1,00 - 20.000,000, - 1.3 - Cerrados, Und. 654,0000 ha..... 25,000 - Valores em 1,00 - 16.350.000, - 1.4 - Terras beneficiadas - Und. ha. 500,000 , 35,000 - Valores em 1,00-17.500.000, - 1.5 - Matas, Und. ha. 300.000 , Cr$/ha..... 30.000 - Valores em 1,00 - 9.000.000, - 1.6 - Outros Und. ha. 2,0000, Cr$/ha - 10.000 - Valores em 1,00.000, - Sub-Total- 1 Und. ha. 2.456,0000, Cr$-/ha. 25.745, Valores em 1,00-63.231,670 2.0 - Das Benfeitorias: 2.1 - Barracão: Um (01) barracão, construído em madeira, coberto de telhas eternite, piso de cimento com uma área de aproximadamente 200,0000 m2, (10.0000x20,0000m) com parede laterais de madeira, ao preço unitário (do m2) de Cr$ 15.000,00, ao todo, Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUSEIROS); 2.2- Anexo (ao Barracão): Um (01) anexo ao barracão), contruído em madeira, coberto de palha de buriti, piso de chão batido , com uma área de aproximadamente 250.0000m2 ..... (10.0000 x 25,0000m), somente com uma parede ao fundo construída em madeira de pau-a-pique, ao todo Cr$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), 2.3 - Casa de Força: Uma (01) casa de força, construída em madeira,coberta de telha eternite, piso de chão batido , com uma área aproximadamente de 16,0000 m2 (4,0000 x 4,0000 m2, com parede de madeira ao preço unitário (do m2) de ..... Cr$ 50.000,00, ao todo, Cr$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL CRUZEIROS). 2.4 - Casa de Administrador: Uma (01) casa de Administrador, construída em madeira, coberta com telha de eternite, piso de cimento, com paredes de madeira, com uma área construída de aproximadamente 30,0000 m2 (5,0000 x 6,0000 m), 4 divisões, banheiro em anexo, luz elétrica e estalações hidráulizas, ao preço unitário (do m2) de ..... Cr$ 50.000,00, ao todo, Cr$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS). 2.5 - Casa de Colono: Uma (01)casa de colono, construída em madeira, coberta com telha de eternite, piso de cimento com parede de madeira, com uma área aproximadamente de 20,0000 m2 (4,0000 x 5,0000 m), 3 divisões, banheiro, em anexo ao preço unitário (do m2) de Cr$. 50.000,00, ao todo Cr$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIRO). 2.6 - Cercas: Cerca de arame farpado, com estacas de madeira de lei, distando uma da outra em 3,0000 metros, com 4 fios na maior parte (70%) e 3 fios (30%), com uma extensão de aproximadamente 17,0000 quilometros, ao preço unitário de Cr$ 300.000,00, ao todo Cr$ 5.100.000,00 (CINCO MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS). 2.7 - Estradas Internas : Aproximadamente 10.0000 quilometros de estradas internas , com raspagem superficial do solo e elevação de terras em determinados trechos, ao preço unitário (do km) de ..... Cr$ 100.000,00, ao todo Cr$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS). 2.8 - Resumo das Benfeitorias: item 2.1 - Barracão - 3.000.000, - 2.2 - Anexo - 2.500.000, - 2.3 - Casa-de-força, 800.000, - 2.4 - Casa de Administrador,..... 1.500.000, - 2.5 - Casa de Colono, 1.000.000, - 2.6 - Cercas, 5.100.000, - 2.7 - Estradas Internas, 1.000.000,-Sub-total - II - 14.900.000, - 3.0 Das Máquinas, Motores e equipamentos: 3.1 - Secador: Um (01) secador instalado,marca Pampeiro, modelo 80, com capacidade de secagem de 90 sacos de grãos por secagem, em com estado de conservação, valor atural de Cr$ 6.300.000,00 (SEIS MILHÕES E TRESENTOS MIL CRUZEIROS). 3.2 - Beneficiadora de Arroz: Uma (01) máquina de beneficiar arroz, marca Zacarias, tipo colonial, número um, com motor estacionário Yamaha, em bom estado de uso e conservação, valor atual de Cr$ 2.800.000,00(DOIS MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS). 3.3 - Grupo Gerador : Um (01) conjunto de grupo gerador um painel de controle, motor Yamaha de 40 KVA, um gerador de marca Bambose de 25 KVA, em bom estado de uso e conservação, valor atual de Cr$ 6.860.000,00 (SEIS MILHÕES OITOCENTOS E SESSENTA MIL CRUZEIROS). 3.4 - Compressor: Um (01) compressor, marca SCHULZ, com capacidade de 120 libras de pressão máxima, em bom estado de uso e conservação, valor atual de ..... Cr$ 840.000,00 OITOCENTOS E QUARENTA MIL CRUZEIROS). 3.5 - Resumo das Máquinas, Motores e Equipamentos: item 3.1 - Secador, 6.300,000. - 3.2 - Beneficiadora de Arroz,..... 2.800.000, - 3.3 - Grupo Gerador, 6.860.000, - 3.4 - Compressor, 840.000, - Sub-total - II - 16.800.000, - Nota:Todos em bom estado de uso e conservação. III - Patrimônio - Bruto dos Proponentes: item: Sub-total- I - Do uso das Terras - Valores em 1,00 Cr$ 63.321.670, - Sub-total II - Das Benfeitorias - 14.900.000, - Sub-total - III - Das Máquinas, motores e equipamentos - 16.800.000, - Total - ..... 94.931.670, (NOVENTA E QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA E UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA CRUZEIROS). IV - Considerações Gerais e Finais: O imóvel rural, objeto desta avaliação, encontra-se estrategicamente bem localizado, com relação a proximidade da cidade de Boa Vista, facilidade de acesso, permanência deacesso, assim como, em relação, a disponibilidade de águas. Com realção as aspectos de topografias, caracteriza-se como altamente favorável a mecanização, pelas extensas áreas planas e pequenas ocorrências de ondulações. A rede hidrográfica é formada por um igarapé perene que atravessa todo o imóvel no sentido norte- sul, e, outros anuais encontrando-se aos fundos do Rio Itacutu com grande potencial hidrográfico . Os solos de uma maneira geral, apresentam relativa fertilidade natural, com capacidade de uso e exploração de culturas e relativa potencial a exploração de cultura permanentes. Nota: Estas terras tem um valor diferenciado dos demais, em virtude de ter recebidas um tratamento de desmatamento, destoca,catação de raízes, enleiramento, aração, gradeação, adubação química de manutenção, e, com isto, ter recebido. todos os tratamentos hábeis, para formação de uma pastagem cultivada a um custo de implantação inferior a uma área que não tenha recebido os tratamentos citados inicialmente . Boa Vista-RR 14 de novembro de 1983. (As) Antônio Octávio Leite e Silva-Chefe; Francisco Edleu Cunha Nunes Engº-CREA 2815/D-ASTER/RR; Ricardo Petry-Engº Agrº-CREA nº 577/79 - ASTER/Roraima. Os sócios em comum acordo decidiram que para efeito de constituição do capital social, referente aos recursos a serem subscritos e integralizados dos itens: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, e 1.6, avaliados em ..... Cr$ 63.231.670,00 (SESSENTA E TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA E UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA CRUZEIROS), consideram apenas Cr$ 24.560.000,00 (VINTE E QUATRO MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA MIL CRUZEIROS), valor este que será incorporado. E Laudo de Avaliação de T. Loureiro & Cia: Boa Vista, 01 de dezembro de 1983. Ao Grupo Kimak Ltda. Av. Major Williams, 803 - Centro - CGC nº 05.951.546/0001-41 - Boa Vista-RR. Prezados Senhores: Atendendo a solicitação de V. Sas., temos o prazer de apresentar nosso Orçamento-Avaliação, do equipamento de sua propriedade, dos quais somos revendedor e representante Exclusivo da Fabrica,conforme abaixo: Equipamento Usado: Item nº 01-01 - Trator de Rodas de Pneus, agricola, marca Massey Ferguson modelo ..... MF-290, equipado com motor diesel, marca Perkina, mod..... A4-248 80 CV, injeção direta, em funcionamento perfeito ,

(Cont. na pág. 7)

(Continuação da pág.6)

sistema eixo-dianteiro recuperado em perfeito funcionamento, sistema elétrico 12 volts, diferencial, caixa de mudanças de 8 velocidade à frente e 2 à ré, equipado c/ os hidráulico dos 3 pontos e 2 braços do levante e o 3º ponto, barra de tração assento completo em funcionamento perfeito e em boa estado de conservação. Série do Trator 2287-01133 Série motor LF-8494B-014029B, Ano de Fabricação: 1978. Valor Avaliado: Cr$ 7.842.340,00; item nº 02 - 01 Grade Aradora, de arresto, marca Baldan. de 16x26, discos recortados com pequenos desgastes, s/conjunto de suporte pneus para transporte, disco de 26" de diâmetro, estado geral de conservação bom. Valor avaliado: Cr$ 1.382.403,00; Item nº 03 - 01 - Grade Aradora de Arresto, marca Baldan. de..... 20x24", disco recortados com pequenos desgaste, s/ pneus conjunto para transporte, disco de 24" de diâmetro recortados, em estado bom de conservação. Valor Avaliado:..... Cr$ 1.192.201,00, Item nº 04 - 01 - Grade Niveladora de arresto, marca Campeã, de 48x20", discos lisos de 20" de diâmetro, em estado bom de conservação, verificando-se um pequeno desgaste nos discos. Valor Avaliado:Cr$978.430.00; Item nº 05 - 01 Carreta de rodas, agricola, 4 rodas, cap. 4 ton. pneus 7.50x16, carroceira de madeira de lei,bom estado de conservação , rolamentos das rodas c/pequenos desgaste. Valor Avaliado: Cr$ 899.472,00. Totalizando o valor desta avaliação em Cr$ 12.294.846,00 (DOZE MILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZEIROS). Observação: 1 - Os dados desta avaliação foram constituidos, levantados dos próprios implementos, estado real de que se encontram. Sem mais para o momento , aproveitamos o ensejo para renovarmos nosso protesto de alta estima e consideração. Atenciosamente. T. Loureiro & Cia. (a) Francisco Dorval da Rocha Furtado-Gerente. c) que a administração da sociedade, de conformidade com o que estabelece as letras "a" e "b" do art. 11 do Estatuto ,fica constituida do seguinte modo: Conselho de Administração : JOÃO MIGUEL KIMAK, Presidente; acionista TEODÓSIO GAVANSKI e acionista FRANCISCO RUBENS DOS SANTOS, membros; Diretoria: JOÃO KIMAK, Diretor-Presidente; ELOY DOS SANTOS, Diretor Administrativo-Financeiro; ANTÔNIO CARLOS KIMAK, Diretor de Operação, com os períodos de mandatos estabelecidos neste Estatuto; d) que, pelos integrantes da sociedade ora constituida, me foi apresentado o recibo de depósito do Banco do Brasil S/A., Agência de Boa Vista-RR., de importância de Cr$ 144.515,40 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E QUINZE CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS) correspondentes a integralização de 10% (dez por cento) do valor do capital social subscrito em moeda corrente do País nesta ocasião e) que a remuneração dos componentes da Diretoria é de 10 (dez) salários mínimos regionais e o do Conselho de Administração é de 1 (um) salário mínimo regional; f) que, finalmente, me foram apresentados os seguintes documentos: comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural-ITR. exercício 1983 e Certidão Negativa de Débito-CND. Assim o disseram perante a mim e as testemunhas que esta escritura ouviam ler e assinam com as partes,dou fé: Eu, Robson Ferreira de Lima, Escrevente Auxiliar, da tilografei e eu Deusdete Coêlho, Tabelião, subscrevo e assino.

Boa Vista-RR, 06 de dezembro de 1983.

Em testº da verdade:

OBS: as nove assinaturas abaixo estão todas Inelegíveis.

JUNTA COMERCIAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que encontra-se arquivado sob o nº..... 14300000199 por despacho de 12/01/84, um exemplar de igual teor.

Boa Vista-RR, 13 de janeiro de 1984.

IZAURA MAILUS DE CARVALHO
Resp. p/ Secretária - Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

RESOLUÇÃO Nº 37,
DE/03/04/84

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

A Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Território Federal de Roraima, faz saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I

DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º - A Câmara Municipal de Boa Vista, é o Poder Legislativo, exercendo funções legislativas específicas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de leis, decretos legislativos, resoluções e proposições em geral sobre qualquer matéria de competência do Município.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no acompanhamento das atividades financeiras do Município desenvolvidas pelo Executivo ou pela própria Câmara e no julgamento das contas do Prefeito, integradas estas daquelas da própria Câmara, mediante o auxílio da Secretaria de Finanças do Governo do Território Federal de Roraima.

Art. 4º - As funções de controle da Câmara implicam a vigilância da Administração do Executivo em Geral, sob os prismas da constitucionalidade da legalidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas seneadoras que se fizeram necessárias.

Art. 5º - A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza -se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação e administrativa de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

Art. 6º - A Câmara Municipal tem sua sede no prédio de nº 167 da Av. Jaime Brasil, no Distrito, sede do Município.

Art. 7º - No recinto de reuniões do Plenário - não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica , religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão, Bandeira da Nação, do Território ou do Município, na forma da legislação aplicável, e bem assim de obra artística que vise a preservar a memória de vulto eminente da história do País, do Território, ou do Município.

Art. 8º - Por deliberação do Plenário ou da Presidência e quando o interesse público o exigir (art. 40, XIII) poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

CAPÍTULO III

DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Art. 9º - A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial, às 19h30m do dia 1 de fevereiro como de início da legislatura, quando será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes e, caso essa condição seja comum a mais de 1 (um) Vereador, presidi-la-á o mais votado dentre eles.

(Cont. na pág. 8)

(Continuação da pág.7)

Parágrafo Único. A instalação ficará adiada para o dia seguinte e assim sucessivamente, se à sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores e se essa situação persistir até o último dia do prazo a que se refere o art. 11 a partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art. 10 - Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 9º, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário ad hoc indicado por aquela após haverem todos manifestado, unissonamente, compromisso, que será lido pelo mais jovem dentre eles, o qual consistirá no seguinte texto:

"Prometo exercer, com dignidade e dedicação,o mandato popular que me foi confiado, observando a Constituição e as leis do País e trabalhando pelo engrandecimento do Município de Boa Vista e para o bem-estar de seus habitantes".

§ 1º - Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração escrita de bens, que se transcreverá na ata da sessão de instalação ou daquela em que se empossar o Vereador retardatário (art. 11).

§ 2º - Cumprido o disposto no § 1º, o Presidente provisório facultará a palavra, por 5 (cinco) minutos, a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada.

§ 3º - Seguir-se-á às orações a eleição da Mesa nos termos do artigo 14.

Art. 11 - O Vereador que não se empossar no prazo previsto, 15 (quinze) dias após a sessão de instalação, não mais poderá mais fazê-lo aplicando-se-lhe o disposto no art. 82.

§ 1º - O Vereador que se empossar na forma deste artigo prestará compromisso individualmente, utilizado o texto do art. 10.

§ 2º - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação de desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere este artigo, se outro não for indicado pela Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios Federais (Lei nº 6.448/77.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO I
DA FORMAÇÃO DA MESA E SUAS MODIFICAÇÕES

Art. 12 - A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único. Haverá um 2º Secretário, que somente será considerado integralmente da Mesa quando em efetivo exercício.

Art. 13 - Findo os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á renovação desta para o ano subsequente.

Art. 14 - Salvo disposição em contrário da Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, a eleição dos membros da Mesa far-se-á, presente a maioria absoluta dos Vereadores, na sessão da instalação da legislatura, por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e utilizando-se para a votação cédulas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão recolhidas em uma urna, que circulará pelo Plenário através de funcionário da Casa expressamente designado.

Parágrafo Único. A votação far-se-á pela chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, o qual determinará a contagem dos votos através de comissão determinada para este fim. Em seguida, o Presidente proclamará os eleitos e dará posse, nos termos do artigo 25.

Art. 15 - A eleição para a renovação da Mesa (art.13) realizar-se-á na última sessão ordinária do período legislativo, aplicando-se o disposto no art. 14 e seu parágrafo único.

Art. 16 - Para as eleições a que se refere o art.14, observar-se-á, quanto à inelegibilidade, o que dispuser a legislação, podendo concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da legislatura precedente; para as eleições a que se refere o art.15, é proibida a reeleição para um mesmo cargo na Mesa.

Art. 17 - O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para cargo da Mesa, quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Art. 18 - Na hipótese da instalação presumida da Câmara a que se refere o parágrafo único do art.9º, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as perrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto no art.85 e seus devidos parágrafos e marcar eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art. 19 - Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, proceder-se-á a segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, após o qual, se ainda não tiver havido definição, o concorrente mais votado nas eleições municipais será proclamado vencedor.

Art. 20 - Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 21 - Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Párágrafo Único. Se a vaga for do cargo de 1º Secretário assumilo-á o 2º Secretário (parágrafo único do art.12).

Art. 22 - Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa, quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II - licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III - houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 23 - A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificativa escrita apresentada ao Plenário.

Art. 24 - A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente disidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador(art.220 e parágrafos).

Art. 25 - Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos arts. 14 a 17.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art. 26 - A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 27 - Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

(Continua na pág.9)

(Continuação da pág. 8)

I - propor os Projetos-de-lei que criem, modifiquem ou extingam os cargos dos serviços auxiliares do legislativo e fixem os correspondentes vencimentos iniciais;

II - propor as resoluções que fixem ou atualizem os subsídios dos Vereadores e a verba de representação do Presidente da Câmara;

III - propor as resoluções concessivas de licenças e afastamentos ao Prefeito e aos Vereadores;

IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V - representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União e do Território;

VI - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao duodécimo de sua dotação orçamentária repassadas pelo Executivo, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

VII - proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura de Saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

VIII - enviar ao Executivo, na época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para a sua incorporação às contas do Município;

IX - proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

X - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

XI - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XII - assinar, por todos os seus Membros as resoluções e decretos legislativos;

XIII - autografar os Projetos-de-lei aprovados, para a sua remessa ao Executivo;

XIV - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;

XV - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior (art. 120).

Art. 28 - O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º Secretário, assim como este pelo 2º Secretário.

Art. 29 - Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verifica-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o 1º Secretário e, se também não houver comparecido, falará o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário ad hoc.

Art. 30 - A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

Seção III
Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Art. 31 - O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 32 - Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

II - representar a Câmara em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e territoriais e perante as entidades em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados;

VII - requisitar força, quando necessária a preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes;

IX - declarar extintos os mandatos de Vereador e de suplente, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso (art. 85);

XI - declarar destituído membro de Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento (arts. 24 e 53);

XII - designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes (art. 49, § 1º e 54);

XIII - convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no art. 30 deste Regimento.

XIV - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral; em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) comunicar as sessões extraordinárias da Câmara, aos Vereadores quando convocadas pelo Prefeito, ou maioria absoluta dos Vereadores;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;

d) determinar a leitura, pelo Vereador-Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e término respectivos;

f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos.

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário e deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador (art. 223 e parágrafo único);

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação de quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

l) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator ad hoc nos casos previstos neste Regimento;

XV - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolizar;

b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os Projetos-de-lei aprovados inclusive por decurso de prazo e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares, para explicações, quando haja convocação da edilidade em forma regular;

d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo.

e) solicitar mensagem com proposita de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

XVI - promulgar as resoluções, os decretos legislativos e bem assim as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo legal e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVII - ordenar as despesas da Câmara Mu-

(Cont. na pág. 10)

(Continuação da pág.9)

nicipal e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento juntamente com o Secretário da Mesa;

XVIII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XIX - apresentar ao Plenário, mensalmente, o balancete de verificação da Câmara do mês anterior;

XX - administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e licença; atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas; determinando a apuração de responsabilidades administrativas, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara; e praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão.

XXI - mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações.

XXII - exercer atos de poder de fiscalização em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma.

XXIII - autorizar a utilização do Plenário da Câmara.

Art. 33 - O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito em casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 34 - O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 35 - O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços) e ainda nos casos de desempate, de eleição, de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros previstos em lei.

Parágrafo Único - O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 36 - O Vice-Presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 37 e seu parágrafo único e na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa, nos casos de competência privativa desse órgão, não possui atribuições próprias, limitando-se a substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 37 - O Vice-Presidente promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se às leis municipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado precluir a oportunidade de sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 38 - Compete ao Secretário da Mesa:

I - organizar a Expediente e a Ordem do Dia;

II - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - ler a ata, as proposições e demais documentos e correspondências que devam ser do conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - redigir as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI - gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofício em geral e comunicados individuais aos Vereadores;

VII - coadjuvar o Presidente na direção dos serviços auxiliares da Câmara;

VIII - certificar a frequência dos Vereadores, para o efeito de percepção da parte variável da remuneração;

IX - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

X - manter, à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais freqüente;

XI - manter em cofre fechado as atas lacradas [illegible] sessões secretas;

XII - inspecionar os serviços da secretaria administrativa da Câmara;

XIII - assinar juntamente com o Presidente os cheques nominativos ou ordens de pagamentos.

CAPÍTULO II
DO PLENÁRIO

Art. 39 - O Plenário é o órgão deliberado da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º O local é o recinto de sua sede e só motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei de Organização Política e Administrativa dos Municípios dos Territórios, ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º - Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

Art. 40 - São atribuições do Plenário:

I - eleaborar, com a participação do Prefeito, as leis municipais;

II - discutir e votar a proposta orçamentária;

III - apreciar os votos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV - autorizar, sob a forma de lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos;

a) abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) operações de crédito;

c) aquisição onerosa de bens imóveis;

d) alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) concessão de serviço público;

f) concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

g) firmatura de consórcios intermunicipais;

h) alteração da denominação de próprios e logradouros públicos;

V - expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) cassação do mandato do Prefeito e Vereador;

b) aprovação ou rejeição das contas do Executivo;

c) concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;

d) consentimento para ausentar-se o Prefeito do Município por prazo superior a 30 (trinta) dias, por necessidade da Administração;

e) atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à Comunidade;

f) constituição de Comissão Processante;

g) constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito;

h) delegação ao Prefeito para elaboração legislativa;

i) concessão de medalha de honra ao mérito a pessoa de notável merecimento.

VI - expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes assuntos:

a) alteração do Regimento Interno;

b) destituição de membro da Mesa;

c) concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em lei;

d) fixação ou atualização de subsídios dos Vereadores e de verba de representação do Presidente da Câmara;

(Cont. na pág. 11)

(Continuação da pág. 10)

e) julgamento de recursos de sua competência, - nos casos privativos neste Regimento;

f) constituição de Comissão Especial de estudo;

VII - processar e julgar o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII - solicitar informações ao Prefeito sobre as suntos de Administração quando delas careça;

IX - convocar o Prefeito e seus auxiliares diretos para explicações perante o Plenário sobre matérias à fiscalização da Câmara, sempre que o exigir o interesse público (arts.212 e 218);

X - Eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros nos casos e na forma previstos neste Regimento;

XI - autorizar a transmissão pelo rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;

XII - dispor sobre a realização de sessões sigilo sas, nos casos concretos(art. 140).

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

Art. 41 - As Comissões são órgãos técnicos com postos de 5 (cinco) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer so bre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial, ou ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 42 - As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais e de Representação.

Art. 43 - As Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e assuntos ao seu exame, manifestando sobre eles seu Parecer para orientação do Plenário.

Parágrafo Único. As Comissões Permanentes são as seguintes:

I - de legislação, justiça e redação final;

II - de finanças e orçamento;

III - de obras e serviços públicos;

IV - de educação, saúde e assistência social;

V - Pecuária e Agricultura.

Art. 44 - As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assunto I de especial interesse do Legislativo terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentar o relatório de seus trabalhos.

Art. 45 - A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidade administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara, podendo, porém, ser criadas novas comissões de Inquérito quando pelo menos duas se acharem em funcionamento.

Parágrafo Único. As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição de Comissão de Inquérito.

Art. 46 - A Câmara constituirá Comissão Processante para fim de apurar a prática de infração político - administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando o disposto na lei federal aplicável e na Lei de Organização Municipal.

Art. 47 - As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do Território do Município.

SEÇÃO II

DA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES E SUAS MODIFICAÇÕES

Art. 48 - Os membros das comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 1(um) ano, mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais.

§ 1º - Far-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas, assinadas pelo Presidente da mesma.

§ 2º - Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 30, parágrafo único, a, da Constituição Federal, mas não poderão ser eleitos para integra-lás o Presidente da Câmara e o Secretário, o Vereador que não se achar em exercício e o suplente deste.

§ 3º - O Vice-Presidente e o Suplente de Secretário somente poderão participar de Comissão Permanente quando não seja de outra forma possível compô-la adequadamente.

Art. 49 - As Comissões Especiais serão constituidas, por propostas da Mesa ou pelo menos 3 (três) Vereadores, através de resolução que atenderá ao disposto no art. 44.

§ 1º - O Presidente da Câmara indicará os membros das Comissões Especiais, observada a composição partidária sempre que possível.

§ 2º - A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração indicado na resolução que a constituiu, haja ou não concluido os seus trabalhos.

§ 3º - A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através de seu Presidente, sob a forma de parecer fundamentado e, se houver que propor medidas, oferecerá projeto de resolução.

Art. 50 - Às Comissões de Inquérito aplica-se o disposto no artigo anterior.

§ 1º - A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente da entidade de administração indireta.

§ 2º - Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo aprovado pelo menos por 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

§ 3º - Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do Inquérito à Justiça, com vista à aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos objeto da investigação.

Art. 51. O membro de Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único. Para o efeito do disposto neste artigo, observar-se-á a condição prevista no art. 23.

Art. 52 - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado

§ 1º - A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

§ 2º- Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 53. O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro de Comissão Especial ou de Comissão de Representação.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica aos membros da Comissão Processante e de Comissão de Inquérito.

Art. 54 - As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão surgidas por livre designação de qualquer Vereador pelo Presidente da Câmara, observando o disposto nos §§ 2º e 3º do art.48.

SEÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 55 - As Comissões Permanentes, logo que constituidas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretário e para deliberar qual o critério a ser adotado quanto os seus recursos.

Parágrafo Único. O Presidente será substituido pelo Secretário e este pelo terceiro membro da Comissão.

Art. 56 - As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita

(Cont. na pág. 12)

(Continuação da pág. 11)

a regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, quando então a sessão plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art.57 - As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário,presentes a maioria de seus membros, devendo, para tanto, ser convocados pelo respectivo Presidente no curso de reunião ordinária da Comissão.

Art. 58 - Das reuniões de Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, em livros próprio, pelo funcionário incumbido de servi-la, as quais serão assinadas por todos os membros da comissão.

Art. 59 - Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso afixado no recinto da Câmara;

II - presidir às reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator, ou reservar-se para relatá-la pessoalmente;

IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder visto de matéria, por 3(três)dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência;

VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em 48hs, quando não tenha feito o relator no prazo.

Parágrafo Único. Dos atos dos Presidentes das Comissões com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art. 60 - Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á relator em 48hs, se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

Art. 61. É de 15 (quinze) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando da proposta orçamentária, do processo de prestação de contas do Executivo e é triplicado quando se tratar de projeto de codificação.

§ 2º - O prazo a que se refere este artigo é reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emenda e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 62 - Poderão as Comissões solicitar ao Plenário a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão do parecer ficará automaticamente prorrogada por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art. 63 - As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual se aprovado prevalecerá como parecer.

§ 1º - Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator como vencido.

§ 2º - O membro da Comissão que concordar com o relator, usará ao pé do pronunciamento daquele a expressão "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§ 3º - A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro de Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrições."

§ 4º - O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição, ou emendas à mesma.

§ 5º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.

Art. 64 - Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o voto(Art.75)produzirá, com o parecer, projeto e decreto legislativos, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 65 - Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo Único. No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 66 - Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, à Mesa, ouvido o Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sida previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único. Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos a que se referem os artigos 61 e 62.

Art. 67 - Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão, sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art.59, VII, o Presidente da Câmara designará relator ad hoc para produzi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único. Escoado o prazo do relator ad hoc sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma Ordem do Dia da proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 68 - Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição, na forma do art. 134 e seu parágrafo único.

§ 1º - A dispensa do parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do art. 66 e seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 76 e 77, na hipótese do § 3º, do art. 124.

§ 2º - Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferí-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação de matéria.

SEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 69 - Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovado pelo Plenário, analisá-los sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º - Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de lei, decreto legislativo e resolução que transitarem pela Câmara.

§ 2º - Concluindo a Comissão de Justiça pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado prosseguirá àquela sua tramitação.

§ 3º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição -assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade -nos casos seguintes:

a) organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

b) criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;

c) aquisição e alienação de bens imóveis;

d) firmatura de convênios e consórcios;

e) concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;

f) alteração de denominação de próprios municipais e logradouros.

(Continua na pág. 13)

(Continuação da pág. 12)

Art. 70 - Compete à Comissão de Orçamento e Finanças opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quando for o caso de:

I - proposta orçamentária;

II - orçamento plurianual;

III - proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio público municipal;

IV - proposições que fixem au aumentem os vencimentos do funcionalismo e que fixem ou atualizem os subsídios dos Vereadores e a verba de representação do Presidente da Câmara.

Art. 71 - Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo Único. A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará, também, sobre a matéria do art.69,§ 3º, e sobre o plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art. 72 - Compete à Comissão de Educação e Saúde manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais e artísticos inclusive patrimônio histórico - desportivos e relacionados com saúde, o saneamento e assistência e previdência social em geral.

Parágrafo Único. A Comissão de Educação e Saúde e Assistência Social apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivos:

a) concessão de bolsas de estudo;

b) reorganização administrativa da Prefeitura

c) implantação de centros comunitários,sob auspício oficial.

Art. 73 - Compete à Comissão de Agricultura e Pecuária, manifestar-se sobre todas as matérias que versem sobre assuntos e relacionados a agricultura e pecuária.

Art. 74 - As Comissões Permanentes, a que tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir único no caso de proposição colocada no regime de urgência especial de tramitação (art.132) e sempre quando o decidem os respectivos membros, por maioria, nas hipóteses dos arts. 66 e do art. 69, § 3º, a.

Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o,quando necessário, o Presidente de outra Comissão por ele indicado.

Art. 75 - Sempre que determinada proposição haja sido distribuída a todas as Comissões Permanentes da Câmara, por ser obrigatória a sua manifestação quanto ao mérito, e tiver parecer contrário de cada uma delas,haver-se-á por rejeitada.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à proposta orçamentária, ao veto e ao exame das contas do Executivo.

Art. 76. Quando se tratar de veto somente se pronunciará a Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no parágrafo único do art. 74.

Art. 77 - Somente à Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídas a proposta orçamentária e o processo referentes às contas do Executivo, acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Parágrafo Único. No caso deste artigo, aplicar-se-á, Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no § 1º do art. 68

TÍTULO III
DOS VEREADORES

Capítulo I
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art. 78 - Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleito pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 79 - É assegurado ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposições e sugerir medidas que visem ao interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas, que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às normas deste Regimento.

Art. 80 - São deveres do Vereador, entre outros:

I - investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Legislação em vigor;

II - observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público;

IV - exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nos arts. 23 e 51;

V - comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e participar das votações salvo quando se encontre impedido;

VI - manter o decoro parlamentar;

VII - não residir fora do Município, salvo autorização do Plenário em caráter excepcional;

VIII -conhecer e observar o Regimento Interno;

Art. 81 - Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV - suspensão da sessão, para entendimentos na Sala da Presidência;

V - proposta de cassação de mandato de acordo com a legislação vigente.

Capítulo II
DA INTERRUPÇÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS

Art. 82 - O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à deliberação do Plenário nos seguintes casos:

I - por moléstia devidamente comprovada por atestado médico oficial ou de médico de reputação ilibada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou do interesse público fora do território do município;

III - para tratar de interesse particulares, por prazo nunca superior a 1(um) ano, salvo disposição em contrário;

IV - para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§ 1º - A aprovação dos pedidos de licença se dará no Expediente das sessões, sem discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitado pelo quorum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes, nas hipóteses dos incisos II e III.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos I e IV a decisão do Plenário será meramente homologatória.

Art. 83 - As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou cassação do mandato do Vereador.

§ 1º - A extinção se verifica pela morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer causa legal hábil.

(Cont. na pág. 14)

(Continuação da pág. 13)

§ 2º - A cassação dar-se-á por deliberação do Plenário, nos casos e na forma previstos na legislação vigente.

Art. 84 - A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará constar da ata; a perda do mandato se torna efetiva a partir do decreto legislativo de cassação do mandato, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art. 85 - A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art. 86 - Em qualquer caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º - O suplente deverá tomar posse dentro do prazo previsto, a partir do conhecimento da convocação.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral, para o efeito de eleições suplementares.

Capítulo III
DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 87 - São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressar em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 88 - No início de cada ano legislativo, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus Líderes e Vice-Líderes.

Parágrafo Único - Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereadores mais votados de cada bancada.

Art. 89 - As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 90 - As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, exceto o suplente do Secretário.

Capítulo IV
DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Art. 91 - As incompatibilidades de Vereadores são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei de Organização Municipal.

Art. 92 - São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V
DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Art. 93 - A remuneração dos Vereadores será fixada a atualizada na forma e nas épocas previstas na Constituição Federal e na Lei Federal complementar, obedecidos os limites alí indicados.

Parágrafo Único. No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art. 94 - Resolução especial fixará a verba de representação do Presidente da Câmara e disporá sobre a forma de sua atualização monetária anual.

Parágrafo Único. É vedado a qualquer outro Vereador perceber verba de representação.

Art. 95 - Ao Vereador residente em distrito longínquo do Município, que tenha especial dificuldade de acesso à sede da edilidade para comparecimento às sessões ordinárias, nesta sendo obrigado a pernoitar, será concedida ajuda de custo, que será fixada em resolução especial ou através de resolução a que se refere o art. 93.

Art. 96 - Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação.

TÍTULO IV
DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I
DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art. 97 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objetivo.

Art. 98 - São modalidades de proposição:

a) os projetos- de -lei;

b) os projetos de decreto legislativo;

c) os projetos de resolução;

d) os projetos substitutivos;

e) as emendas e subemendas;

f) os vetos;

g) os pareceres das Comissões Permanentes;

h) os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

i) as indicações;

j) os requerimentos;

l) os recursos;

m) as representações.

Art. 99 - As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 100 - Exceção feita das emendas, subemendas e vetos, as proposições deverão conter emendas indicativa do assunto que se referem.

Art. 101 - As proposições consistentes em projeto-de-lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificativa por escrito.

Art. 102 - Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II
DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 103 - Toda matéria legislativa de Competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto-de-lei; todas as deliberações privativa da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso.

§ 1º - Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, assim os arrolados no art. 40, V.

§ 2º - Destinam-se as resoluções a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, os arrolados no art. 40, VI.

Art. 104 - A iniciativa dos projetos-de-lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões Permanentes e ao Prefeito, ressalvados os casos de iniciativa do Executivo e do Legislativo, conforme determinação constitucional, ou deste Regimento Interno.

Art. 105 - Substitutivo é o projeto-de-lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único. Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 106 - Emenda é a correção ou complementação apresentada a uma proposição.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º - Emenda Supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º - Emenda Substitutiva é a proposição apresentada como sucedâneo de outra.

§ 4º - Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada a outra.

§ 5º - Emenda modificativa é a prosição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º - A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda .

Art. 107 - Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto-de-lei aprovado pela Câmara, por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 108 - Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

(Cont. na pág. 15)

(Continuação da pág. 14)

§ 1º - O parecer será individual e verbal somente na hipótese do § 2º do art. 68.

§ 2º - O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto-de-lei, decreto legislativo - ou resolução que suscitou a menifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos arts. 64, 131 e 206.

Art. 109 - Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único. Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 110 - Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art. 111 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do Expediente ou da Ordem do Dia, ou de interesse pessoal d o Vereador.

§ 1º - Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou a desistência dela;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII - retificação de ata;

IX - verificação de quorum;

X - voto de pesar.

§ 2º - Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação (art. 1'8 e parágrafos).

II - dispensa de leitura da matéria constante de Ordem do Dia;

III - destaque de matéria para votação(art.189);

IV - votação a descoberto;

V - encerramento de discussão (art. 174);

VI - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

§ 3º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I - renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;

II - licença de Vereador;

III - audiência de Comissão Permanente;

IV - juntada ou desentranhamento de documentos em processo;

V - incerção em ata de documentos;

VI - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

VII - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VIII - retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;

IX - anexação de proposição com objeto idêntico;

X - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;

XI - constituição de Comissões Especiais;

XII - convocação do Prefeito ou auxiliar direto para prestar esclarecimentos em Plenário;

XIII - voto de louvor, congratulações ou repúdio.

Art. 112 - Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 113 - Representação é a exposição escrita circunstanciada de Vereador do Presidente da Câmara, visando à destituição de Comissão Permanente, ou ao Plenário, visando à destituição de membro da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único. Pra efeitos regimentais, equipar-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III
DA REPRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art. 114 - Exceto nos casos das alíneas e, f, g e h do art. 98 e nos de projetos substitutivos oriundos das Comissões todas as demais serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data, e as numerará, fichando-as em seguida e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 115 - Os projetos substitutivos das Comissões, os votos, os pareceres bem como os relatórios com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 116 - As emendas e subemendas serão apresentadas às Mesa até 48hs antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a proposição a que referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates; ou se tratar de projeto em regime de urgência especial; ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - As emendas à proposta orçamentária serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no Expediente.

§ 2º - As emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 117 - As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documento hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecida em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 118 - O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

I - em matéria que não seja de competência do Município;

II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III - que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV - que sendo de iniciativa exclusiva do Prefeito tenha sido apresentada por Vereador;

V - que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;

VII - que seja formalmente inadequada, por n ã o observados os requisitos dos arts. 99, 100 e 101;

VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não sobservar restrições constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal:

IX - quando a indicação versar matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

Parágrafo Único. Exceto nas hipóteses dos incisos V e VIII, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Art. 119 - O autor do projeto que receber subs-

(Cont. na pág. 16)

(Continuação da pág. 15)

titutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme o caso.

Parágrafo Único. Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 120 - A proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário, ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º - Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º - Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 121 - No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, exceto os originários do Executivo sujeitos à deliberação em certo prazo.

Parágrafo Único. O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retramitação.

Art. 122 - Os requerimentos a que se refere o § 1º da art. 111 serão indeferidos quando impertinentes,repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

CAPÍTULO IV
DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 123 - Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 124 - Quando a proposição consistir em projeto-de-lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§ 1º - No caso do art. 116, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previsto.

§ 2º - No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo a sua própria autora.

§ 3º - Os projetos originários elaborados pela Mesa ou Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 125 - As emendas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 116 serão apreciadas pelas Comissões na mesma faseque a proposição originária. As demais somente serão objetos de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 126 - Sempre que o Prefeito vetar,no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será enviada incontinenti à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá proceder na forma do art.75.

Art. 127 - Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia e m que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 128 - As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia, independentemente de sua prévia figuração no Expediente.

Art. 128 - Os requerimentos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 110 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação,independentemente de sua decisão no Expediente ou na Ordem do Dia.

§ 1º Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3º do art. 110, com exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer, ficarão remetidos ao Expediente à Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 2º - Se tiver havido solicitação de urgência simples para o requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na sessão em que apresentada e, se for aprovada, o requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida.

Art. 130 - Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 131 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de Projeto de Resolução.

Art. 132 - As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urência simples.

§ 1º - O regime de urgência especial implica a dispensa de exigências regimentais, exceto quorum e pareceres obrigatórios e assegura à proposição inclusão, com prioridade, na Ordem do Dia.

§ 2º - O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de visto e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em segunda prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 133 - A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito, da Mesa ou de Comissão, quando autores de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta de pelo menos 2/3(dois terços) dos membros da edilidade.

§ 1º - O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria sessão.

§ 3º - Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 134 - O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exija, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo único - Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação d Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos-de-lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - o veto, quando escoada 2/3 (duas terças)partes do prazo para sua apreciação.

Art. 135 -As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 136 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retramitação, ouvida a Mesa.

TÍTULO V
DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I
DAS SESSÕES EM GERAL

(Cont. na pág. 17)

(Continuação da pág. 16)

Art. 137 - As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso às mesmas do público em geral.

§ 1º - Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-á a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da Imprensa, oficial ou não.

§ 2º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II - não porte arma;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V - atenda às determinações do Presidente.

Art. 3º - O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a pertúbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 138- Os períodos legislativos ordinários anuais, serão de 6 (seis) semanas, com início no dia 1 (um) de março a 11 (onze) de abril, 10(dez) de maio a 20 (vinte) de junho; 1 (um) de agosto a 12 (doze) de setembro e de 8 (oito) de outubro a 18 (dezoito) de novembro.

Art. 139 - As sessões ordinárias serão segunda e quarta (semanalmente) realizando-se nos dias úteis, com a duração de 4 (quatro) horas, das 19h30m até às 22h30m, com um intervalo de 15 (quinze) minutos entre o término do Expediente e o início da Ordem do Dia.

§ 1º - A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º - O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento, e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º - Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 5 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º - Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, prejudicando os demais.

Art. 140 - As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora,inclusive domingos e feriados.

§ 1º - Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, entre ê quais se incluem a proposta orçamentária, o veto e quaisquer projeto -de-lei do Executivo formulados com solicitação de prazo.

§ 2º - A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 139 e parágrafos, no que couber.

Art. 141 - As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo pre-fixação de sua duração.

Parágrafo Único. As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 142 - A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único. Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 143 - As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se existentes as que se realizem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Parágrafo Único. Não se considerará como falta a ausência de Vereador à sessão que se realize fora da sede da edilidade.

Art. 144 - A Câmara observará o recesso legislativo determinado no art. 138 deste Regimento Interno.

Parágrafo Único. Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

Art. 145 - A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido à sessão por. 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 146 - Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º - A Convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, territoriais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo legislativo.

Art. 147 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A ata da sessão secreta será lavrada pelo Secretário, e lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º - A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 148 - As sessões ordinárias compõem-se de duas partes: o Expediente e a Ordem do Dia.

Art. 149 - Na hora do início dos trabalhos,feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará 15 (quinze) minutos que aquele complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou ad hoc, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

Art. 150 - Havendo número legal, a sessão se iniciará com o Expediente, o qual terá a duração máxima de uma hora e meia, destinado-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º - Nas sessões em que esteja incluído na Ordem do Dia o debate da proposta orçamentária, o Expediente será de meia hora.

§ 2º - No Expediente serão objeto de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da Ordem do Dia,requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

§ 3º - Quando não houver número legal para deliberação no Expediente, as matérias a que se refere o § 2º automaticamente ficarão transferidas para o Expediente da sessão seguinte.

Art. 151 - A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação, 48 hs antes da sessão seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

(Cont. na pág. 18)

(Continuação da pág. 17)

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§ 2º - Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a retificação; caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§ 3º - Levantada impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada a nova ata.

§ 4º - Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 5º - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à sessão a que a mesma se refere.

Art. 152 - Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo à seguinte ordem:

I - expedientes oriundos do Prefeito;

II - expedientes oriundos de diversos;

III - expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 153 - Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á a seguinte ordem:

I - projetos-de-lei;

II - projetos de decretos legislativos;

III - projetos de resolução;

IV - requerimentos;

V - indicações;

VI - pareceres das comissões

VII - recursos;

VIII - outras matérias.

Parágrafo Único - Dos documentos apresentados no Expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos à Mesa Diretora, exceção feita do projeto-de-lei orçamentária e do projeto de codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art. 154 - Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do Expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas, respectivamente, ao Pequeno e ao Grande Expediente.

§ 1º - O Pequeno Expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

§ 2º - Quando o tempo restante do Pequeno Expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao Grande Expediente.

§ 3º - No Grande Expediente, os Vereadores, inscritos também em lista própria pelo Secretário,usarão a palavra pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§ 4º - O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no Pequeno Expediente; poderá sê-lo no Grande Expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na sessão seguinte, para complementar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-se-lhe desistir.

§ 5º - Quando o orador inscrito para falar no Grande Expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

§ 6º - O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 155 - Finda a hora do Expediente, por se ter esgotado o tempo, ou por falta de oradores e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante da Ordem do Dia.

§ 1º - Para a Ordem do Dia, far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 156 - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido concluída na Ordem do Dia regularmente publicada com antecedência mínima de 24hs do início das sessões.

Parágrafo Único. Nas sessões em que deva ser apreciada a proposta orçamentária, nenhuma outra matéria figurará na Ordem do Dia.

Art. 157 - A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

a) matéria em regime de urgência especial;

b) matérias em regime de urgência simples;

c) vetos;

d) matérias em redação final;

e) matérias em discussão única;

f) matérias em segunda discussão;

g) matérias em primeira discussão;

h) recursos;

i) demais proposições.

Parágrafo Único - As matérias, pela ordem de preferências, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art. 158 - O Secretário procederá à leitura do que houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art. 159 - Esgotada a Ordem do Dia, anunciará o Presidente, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte, fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concederá a palavra, para Explicações Pessoais aos que a tenham solicitado, durante a sessão, ao Secretário, observado a precedência da inscrição e o prazo regimental.

Art. 160 - Não havendo mais oradores para falar em Explicação Pessoal, ou se ainda os houver, achar-se,porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO III
DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 161 - As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei e poderão, mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 5 (cinco) dias e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela Imprensa local.

Parágrafo Único - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes da mesma.

Art. 162 - A sessão extraordinária compor-se-á - exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 149 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Aplicar-se-ão, ao mais, às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições - atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO IV
DAS SESSÕES SOLENES

Art. 163 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, através de aviso por escrito, que indicará a finalidade da reunião.

§ 1º - Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§ 2º - Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

§ 3º - Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que for indicado pelo Plenário como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

(Cont. na pág. 19)

(Continuação da pág. 18)

TÍTULO VI

DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I
DAS DISCUSSÕES

Art. 164 - Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º - Não estão sujeitos à discussão:

I - as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 128;

II - os requerimentos a que se refere o art. 111, § 2º;

III - os requerimentos a que se referem o art.111, § 3º, itens I a V.

§ 2º - o Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se nesta última hipótese, o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III - de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo.

Art.165 - A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

Art. 166 - Terão uma única discussão as proposições seguintes:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - as que se encontrem em regime de urgência - simples;

III - os projetos-de-lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV - o veto;

V - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI - os requerimentos sujeitos a debates.

Art. 167 - Terão 2 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no art. 166.

Parágrafo Único - Os projetos-de-lei que disponha sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48hs entre a primeira e a segunda discussão.

Art. 168 - Na primeira discussão debater-se-á, - separadamente, artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em global.

§ 1º - Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do Projeto.

§ 2º - Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Quando se tratar da proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art. 169 - Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 170 - Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com dispensa de parecer.

Art. 171 - Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão em que tenha ocorrido a primeira discussão:

Art. 172 - Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá a esta.

Art. 173 - O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles.

Art. 174 - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2(dois) Vereadores favoráveis à proposição e 2 (dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 175 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I - falará de pé, exceto se tratar-se do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência, ou nobre colega.

Art. 176 - O Vereador a que for dada a palavra deverá inicilamente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre a matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 177 - O Vereador somente usará a palavra:

I - no Expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito.

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III - para apartear, na forma regimental;

IV - para explicação pessoal;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimentos à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 178 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, - que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

(CONTINUA) (Cont. na pág. 20)

(Continuação da pág. 19)

V - para atender a pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art. 179 - Quando mais de 1(um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I - ao autor da proporção em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 180 - Para o aparte, ou interrupção do orador para outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III - não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala "pela ordem" em Explicações Pessoais, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV - o aparteante permanecerá de pé quando aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 181 - Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 3 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem (apartear) e justificar requerimento de urgência especial;

II - 5 (cinco) minutos para falar no Pequeno Expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir Explicação Pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;

IV - 15 (quinze) minutos para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação do Prefeito ou Vereador - salvo o acusado cujo prazo será o indicado na lei federal - e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de projeto;

V - 20 (vinte) minutos para falar no Grande Expediente e para discutir projeto-de-lei, a proposta orçamentária, a prestação de contas e a destituição de membros da Mesa.

Parágrafo Único - Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 182 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único - Para efeito de quorum computar-se-á a presença de Vereadores impedidos de votar.

Art. 183 - A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo Único - Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 184 - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único - Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art. 185 - Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 186 - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonadas por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§ 2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 187 - A votação será nominal nos seguintes casos:

I - eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;

II - eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;

III - julgamento das contas do Executivo;

IV - cassação de mandato do Prefeito ou Vereador;

V - apreciação de veto;

VI - requerimento de urgência especial;

VII - criação ou extinção de cargos da Câmara.

Parágrafo Único - Na hipótese dos itens I, II e IV o processo de votação será o indicado no art. 14 e seu parágrafo único.

Art. 188 - Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já escolhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único - Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 189 - Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Executivo, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 190 - Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único - Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Executivo e sem quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 191 - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo Único - Apresentadas 2 (duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 192 - Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 193 - O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 194 - Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 195 - Proclamado o resultado de votação, poderá o Vereador impugná-la perante o Plenário, quando dela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, aco

(Cont. na pág. 21)

(Continuação da pág 20)

lhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 196 - Concluída a votação de projeto-de-lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto-de-lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à cor reção vernácula.

Parágrafo Único - Caberá à Mesa a re dação final dos projetos de decreto legislativo e de reso lução.

Art. 197 - A redação final será discutida e votada depois de sua publicação salvo se a dispensar o Plenário a requerimento de Vereador.

§ 1º - Admitir-se-á emenda à redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou impropriedade linguística.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a matéria à Comissão, para nova redação final.

§ 3º - Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado à Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovado se contra ela não votarem 2/3 (dois terços) dos componentes da edilidade.

Art. 198 - Aprovado pela Câmara um projeto-de-lei, será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único - Os originais dos projetos-de-lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

TÍTULO VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 199 - Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento nos 10 (dez) dias seguintes, para parecer.

Parágrafo Único - No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que se jam permitidas, as quais serão publicadas na forma do Art. 116.

Art. 200 - A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findos os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 201 - Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental (art. 174,V),sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e dos autores das emendas no uso da palavra.

Art. 202 - Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-la ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 203 - Aplicam-se às normas desta Seção à proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos.

SEÇÃO II

DAS CODIFICAÇÕES

Art. 204 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 205 - Os projetos de codificações, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Nos 40 (quarenta) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da Comissão de Justiça, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender à despesa específica e nesta hipótese ficará suspensa a tramitação de matéria.

§ 3º - A Comissão terá 60 (sessenta) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º - Exarado o parecer ou, falta deste, observado o disposto nos arts. 67 e 68, no que couber, processo se incluirá na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

Art. 206 - Na primeira discussão observar-se-á o dispositivo no § 2º do art. 168.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 20 (vinte) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir-se este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

CATÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

SEÇÃO I
DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 207 - Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão competente, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia da mesa, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte)dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá - pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer deligências e vistorias externas, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 208 - O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo único - Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art. 209 - Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do órgão auxiliar, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos da discordância.

Art. 210 - Nas sessões em que se devam discutir as contas do Executivo, o Expediente se reduzirá a 30(trinta) minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

SEÇÃO II

DO PROCESSO CASSATÓRIO

Art. 211 - A Câmara processará o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação federal, observadas as normas adjetivas, inclusive quorum, nessa mesma legislação estabelecidas, e as normas complementares constantes da Lei de Organização Política e Administrativa Municipal dos Territórios (Lei nº 6.448/77).

Parágrafo Único - Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa

Art. 212 - O julgamento far-se-á em sessão ou sessões secretas para esse efeito convocadas.

Art. 213 - Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á decreto legislativo de cassação do mandato, quando se tratar de Vereador, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral e que tange ao Prefeito, caberá representação diretamente à Justiça para julgamento.

SEÇÃO III

DA CONVOCAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO

Art. 214 - A Câmara poderá convocar o Prefeito para prestar informações, perante o Plenário, sobre assun

(Cont. na pág. 22)

(Continuação da pág. 21)

tos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Parágrafo Único - A convocação poderá ser feita, também, a auxiliares diretos do Prefeito ou incluir este e aqueles.

Art. 215 - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único - O requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 216 - Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, que solicitará ao Prefeito indicar dia e hora para o comparecimento e dar-lhe-á ciência do motivo da convocação.

Parágrafo Único - Caso não haja resposta, o Presidente da Câmara, mediante entendimento com o Plenário, determinará o dia e a hora para a audiência do convocado, o que se fará em sessão extraordinária da qual serão notificados, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, o Prefeito, ou o seu auxiliar direto e os Vereadores.

Art. 217 - Aberta a sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Prefeito, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48hs - perante o Secretário, para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º - O Prefeito poderá incumbir assessores, que o acompanhem na ocasião de responder às indagações.

§ 2º - O Prefeito, ou o assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição.

Art. 218 - Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a sessão, agradecendo ao Prefeito, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 219 - A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único - O Prefeito deverá responder às informações, observando o prazo indicado na Lei de Organização Municipal.

Art. 220 - Sempre que o Prefeito se recusar a comparecer à Câmara, quando devidamente convocado, ou a prestar-lhe informações, a Mesa deverá produzir denúncia para efeito de cassação do mandato do infrator.

SEÇÃO IV

DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

Art. 221 - Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo a representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três) sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, anexada à mesa com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Se não houver defesa, ou se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) de cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se servirá de funcionário da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

TÍTULO VIII

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 222 - As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 223 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo **Plenário**, cujas decisões se considerarão às mesmas incorporadas.

Art. 224 - Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e aplicação do Regimento.

Parágrafo Único - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de as repelir sumariamente o Presidente.

Art. 225 - Cabe ao Presidente resolver as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para comparecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejulgado.

Art. 226 - Os procedentes a que se referem os artigos 220, 222, 223 e parágrafo único, serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

CAPÍTULO II

DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art. 227 - A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Território, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 228 - Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Justiça, elaborará e publicará separada a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados, os precedentes regimentais firmados.

Art. 229 - Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituido pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II - da Mesa;

III - de uma das Comissões da Câmara.

TÍTULO IX

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 230 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 231 - As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos funcionários sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 232 - A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

(Cont. na pág. 23)

(Continuação da pág. 22)

Art. 233 - A Secretaria manterá os livros, fichas e carimbos necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º - São obrigatórios os livros seguintes: livro de atas das sessões; livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes; livro de registro de leis, decretos - legislativos, resoluções, livro de atos da Mesa e atos da Presidência; livro de termos de posse de funcionários; livro de termos de contratos; livro de precedentes regimentais.

§ 2º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art. 234 - Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 235 - A publicação dos Expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 236 - Nos dias de sessão deverão estar hasteados, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Território e do Município, observada a legislação federal.

Art. 237 -Não haverá expediente do Legislativo - nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 238 - Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevâveis, contando-se o dia de seu começo e do seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 239 - À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento Interno anterior.

Art. 240 - Fica mantido, na sessão legislativa - em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 241 - O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Art. 242 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO
Presidente

ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO
1º Secretário

"EDUCAÇÃO
PARA TODOS.
RESPEITO A VIDA".



JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER

TIRADENTES

PATRONO CÍVICO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Presidência da República

Lei nº 4.897 de 9 de dezembro de 1965

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2º - As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o poder público for acionista e as empresas concessionárias de serviços homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços, a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie do glorioso republicano.

Parágrafo único - As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3º - Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 9 de dezembro de 1965.

144º da Independência e 77º da República.

Humberto de Alencar Castello Branco